



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 132/2023 – REGISTRO DE
PREÇOS
PROCESSO Nº. 016084/2022 SMSA**

TIPO: MENOR PREÇO POR GRUPO

OBJETO: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO DOS MATERIAIS DE CONSUMO VISANDO ATENDER AOS PROCEDIMENTOS NEUROCIRÚRGICOS, COM A DISPONIBILIZAÇÃO, EM REGIME DE COMODATO, DO CONJUNTO DE INSTRUMENTAIS, INSTRUMENTADOR E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS COMPATÍVEIS COM O USO DOS MATERIAIS FORNECIDOS, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO ANTÔNIO – HCSA.

Início do acolhimento das propostas e dos documentos de habilitação:

10/10/2023 às 9:00 horas

Limite do Acolhimento das propostas e dos documentos de habilitação:

25/10/2023 às 10:00 horas

Data do Pregão e horário da Disputa de Preços:

25/10/2023 às 10:00 horas

Solicitação dos Pedidos de Esclarecimentos:

Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, informando o nº da licitação.

E-mail: pregao.pmbv@gmail.com

Referência de Tempo:

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Informações sobre Impugnação

(95) 3621-1770



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, torna pública a abertura do **Processo nº 016084/2022**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 132/2023 – REGISTRO DE PREÇOS**, tipo menor preço por **GRUPO**, a ser realizado as **10:00 horas** (Horário de Brasília), no dia **25/10/2023**, regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, Decreto nº 10.024 de 20/09/2019, Decreto Municipal nº 009/E, Decreto Federal nº 7892/13 e Decreto Municipal nº 113-E de 21/11/2014, Lei Federal nº 8.666/93 de 21/6/93, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

PARA ESTA LICITAÇÃO NÃO SERÁ ADOTADA A RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO OBJETO, PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMSA, QUE SE ENCONTRA NOS AUTOS.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2 – Os trabalhos serão coordenados pelo (a) Pregoeiro(a) do **MUNICÍPIO, Rosana de Oliveira Borges Vieira**, com o apoio da Equipe, ambos designados pelo Decreto nº 103 – E/2023, publicado no DOM nº 5928, de 14/08/2023, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos, por meio de Sistema Eletrônico COMPRAS.GOV.BR.

2 – OBJETO

Eventual contratação de empresa especializada, para fornecimento dos materiais de consumo visando atender aos procedimentos neurocirúrgicos, com a disponibilização, em regime de comodato, do conjunto de instrumentais, instrumentador e equipamentos necessários compatíveis com o uso dos materiais fornecidos, visando suprir as necessidades do Hospital da Criança Santo Antônio – HCSA, conforme especificado no anexo I deste edital.

3 – ÁREA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Saúde – SMSA

4 – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1 – Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na internet, no sítio **www.gov.br/compras**, no portal **<http://transparencia.boavista.rr.gov.br/licitacoes>** ou quando solicitado através do e-mail pregao.pmbv@gmail.com.

4.1.1 – As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório via internet e tiverem interesse em participar do certame, se obrigam a acompanhar as publicações e o andamento referente ao processo no sítio **www.gov.br/compras**, e as publicações nos Diários



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Oficiais da União (DOU), do Município de Boa Vista (DOM) e no Jornal Folha de Boa Vista (<https://www.folhabv.com.br>), quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

4.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente edital deverão ser enviadas ao(a) Pregoeiro(a), até 3(três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, por meio do endereço eletrônico pregao.pmbv@gmail.com.

4.3 – No Menu impugnações/esclarecimentos/avisos serão disponibilizadas os questionamentos, respostas, além de outras informações que o (a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados no certame devem consultar o sítio com frequência.

4.4 – O (a) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

4.5 – Em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer CIDADÃO ou LICITANTE poderá impugnar o instrumento convocatório do Pregão, devendo ser enviada(s) através do e-mail pregao.pmbv@gmail.com. A inobservância do prazo legal citado decairá o direito de impugnar os termos do edital.

4.6 – Caberá ao(à) Pregoeiro(a) e à equipe de apoio decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do seu recebimento.

4.7 – Quando o pedido de impugnação ou de esclarecimento tratar-se especificamente de temas alheios a competência do (a) Pregoeiro(a), ou seja, temas quanto as especificações técnicas ou vinculados ao termo de referência, este poderá encaminhar o referido pedido ao órgão de origem para que o mesmo se pronuncie acerca do questionamento, cabendo ao órgão respondê-lo no prazo preestabelecido. Caso não o faça, o certame será suspenso *Sine-Die*, até que os questionamentos sejam sanados.

4.8 – Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4.9 – O Município não se responsabilizará pelas impugnações e pedidos de esclarecimentos que forem apresentados em endereços diversos dos indicados no subitem 4.2 deste edital, e que por esta razão não foram apresentados dentro do prazo legal.

5 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, Microempresas e empresas de pequeno porte do ramo pertinente ao objeto licitado, que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, e que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.gov.br/compras;

5.2 – Não poderá participar da presente licitação empresa:

5.2.1 – suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87, III e IV da lei 8.666/93;

5.2.1.1 – impedida de licitar e contratar com o Município de Boa Vista-RR, nos termos do artigo 7º, caput, da Lei nº 10.520/2002;

5.2.2 – Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcios, conforme justificativa acostada no Termo de Referência, ANEXO I do presente Edital;

5.2.3 – com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial, exceto as empresas que estejam em recuperação judicial e desde que amparadas em certidão emitida pela instância



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

judicial competente afirmando que a respectiva está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

5.2.4 – impedidas nos Termos do art. 9º da lei 8.666/93.

5.2.5 – Que se declarar ME/EPP e estiver incluída em alguma das hipóteses previstas no art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações;

5.3 – A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

5.4 – Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1 – que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.4.1.1 – nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.4.1.2 – nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.4.2 – que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.4.3 – que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.4.4 – que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. A CPL verificará a situação das empresas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência, bem como a existência de impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa, disponível no site do CNJ, sob pena de inabilitação da mesma no processo licitatório. (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis> e <http://www.cnj.jus.br>);

5.4.5 – que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.6 – que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.7 – que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.5 – A falsidade das declarações sujeitará o licitante à sanções previstas no artigo 49, caput, do Decreto nº 10.024/19.

6 – DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO

6.1 – Após a divulgação do edital nos meios eletrônicos, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.1.1 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no referido sistema.

6.2 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 – No que concerne a participação de microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos da legislação civil, as referidas deverão acrescentar à sua firma ou denominação as expressões “Microempresa” ou “Empresa de pequeno porte”, ou suas respectivas abreviações “ME” ou “EPP”, conforme o caso, sendo facultativa a inclusão no objeto da sociedade (art. 72, da Lei Complementar nº. 123/06).

6.3.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a DOCUMENTAÇÃO exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, em atendimento ao disposto no art. 43, da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

6.3.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo **de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da DOCUMENTAÇÃO, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.3.3 – A não-regularização da DOCUMENTAÇÃO, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.4 – Somente as Licitantes que apresentaram a proposta de preços e os documentos de habilitação em consonância com o Título 8, poderão apresentar lances, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.5 – As Licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

6.6 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a).

6.6.1 – Somente as propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro(a) participarão da etapa de lances.

6.6.2 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.7 – Será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO.

6.7.1 – A etapa de envio de lances durará 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.7.1.1 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2(dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.7.1.2 – Não havendo novos lances, conforme supracitado, a sessão será encerrada automaticamente.

6.7.1.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da etapa de lances, em prol da consecução do melhor preço, conforme disposto no parágrafo único do artigo 7º, do Decreto 10.024/2019, mediante justificativa.

6.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de 0,01 (um centavo de real).

6.9 – Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.10 – A LICITANTE SOMENTE PODERÁ OFERECER LANCES INFERIORES, AO ÚLTIMO POR ELE OFERTADO E REGISTRADO NO SISTEMA.

6.11 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12 – No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, e o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.12.1 – Quando a desconexão do sistema para o (a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24(vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.13 – Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14 – Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no §2º do artigo 3º da Lei 8666/93, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.14.1 – Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema dentre as propostas empatadas.

6.15 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.16 – Encerrada a etapa de envio de lances, o (a) Pregoeiro(a) encaminhará no sistema a contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

6.17 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18 – A licitante melhor classificada terá prazo de 2(duas) horas, contado da solicitação do (a) pregoeiro(a) no sistema, para o envio, exclusivamente por meio de funcionalidade disponível no sistema atinente à realização da referida licitação, da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19 – Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.19.1 – O (a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

6.20 – O preço total que seja superior ao estimado para a contratação, constante do Termo de Referência no Anexo I, não será aceito e adjudicado.

6.21 – Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

6.22 – O (a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante melhor classificado para enviar documentos complementares à proposta e à habilitação, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2(duas) horas a contar da solicitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de não aceitação da proposta e da inabilitação.

6.23 – Se a proposta de preços não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subsequente e, assim



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

sucesivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

6.24 – A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

7 – CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

7.1 – O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, as Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet.

7.2 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no *site* www.gov.br/compras.

7.3 – O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7.4 – O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.5 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

8 – PROPOSTA DE PREÇO

8.1 – A proposta de preços e os lances formulados, contemplando o preço global ofertado para cada **GRUPO**, bem como os documentos de habilitação deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão.

8.2 – Deverá ser inserido, no campo próprio do sistema eletrônico, o preço global da proposta para cada **GRUPO**;

8.3 – A proposta e os lances deverão referir-se à integralidade do **GRUPO**.

8.4 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a data e horário definidos no edital para abertura da sessão pública.

8.5 – O (a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.5.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

8.6 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a).

8.6.1 – Somente as propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro(a) participarão da etapa de lances.

8.7 – A licitante melhor classificada terá prazo de 2(duas) horas, contado da solicitação do (a) pregoeiro(a) no sistema, para o envio, exclusivamente por meio de funcionalidade disponível no sistema atinente à realização da referida licitação, da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8.7.1 – A planilha de composição de preços deverá ser encaminhada nos termos do item 8.7, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor negociado, observadas as exigências contidas no Termo de Referência (ANEXO I – Edital) e os critérios de exequibilidade nos termos da Lei.

8.8 – Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.8.1 – O (a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.9 – A proposta de preços deverá obedecer às seguintes condições:

- a) Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com 2 (duas) casas decimais.
- b) Deverá ser apresentada conforme Anexo V – Modelo de Planilha/Proposta de Preço em uma via ou em modelo próprio, com identificação da empresa proponente, dados bancários, n.º do CNPJ, endereço e assinada pelo seu representante legal ou credenciado.
- c) Ser apresentada com a mesma marca da proposta eletrônica, sob pena de desclassificação.
- d) A proposta de preço deverá ter validade de **90 (noventa) dias**. A proposta que não apresentar o prazo de validade, será válida por **90 (noventa) dias**.

8.10 – O envio da Proposta de Preço pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital; o proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

8.11 – O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto licitado, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.

8.12 – Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo proponente, no ato do envio de sua proposta de preço.

8.13 – **O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no www.gov.br/compras – e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**

9 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 – O julgamento da Proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR GRUPO**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

9.1.2 – Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para o comprador e nem firam os direitos dos demais Licitantes.

9.2 – Será desclassificada a proposta que:

- a) não se refira à integralidade **GRUPO**;
- b) apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, conforme disposto nos termos do § 3º do art. 44 da Lei Federal nº 8.666/93. Caso a proposta vencedora possua itens com preços inferiores a 50% do estimado no Termo de Referência, a empresa deverá apresentar documento que comprove a viabilidade do preço ofertado, conforme disposto no art. 48, inciso II, da Lei nº 8666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

c) não cumpra prazos e demais exigências estabelecidas em diligências ou no instrumento convocatório.

d) do arrematante que esteja superior ao valor estimado de cada **GRUPO, ademais, o GRUPO não deverá possuir itens com valores superiores ao estimado.**

9.3 – Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, caso apresentado.

9.4 – Quando houver necessidade, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará a proposta adequada ao último lance ofertado na etapa de negociação pela arrematante e a planilha de composição de preços, solicitadas nos subitens 8.7 e 8.7.1 deste edital, **à Secretaria Municipal demandante, para análise e parecer quanto a disposição dos preços e custos apresentados**, considerando o atendimento das especificações do objeto, que determinará a aceitabilidade ou a recusa das mesmas, devidamente fundamentada.

9.4.1 – Após manifestação da Secretaria demandante quanto ao disposto no item 9.4, o Pregoeiro prosseguirá para a fase de análise dos documentos de habilitação da empresa ora arrematante. Caso o parecer seja desfavorável o Pregoeiro desclassificará a arrematante e convocará a licitante melhor classificada na disputa dos lances.

9.4.2 – Havendo a convocação da licitante remanescente na fase de preços, o pregoeiro procederá às mesmas condições previstas no item 9.4.

9.5 – O(a) Pregoeiro(a), no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

10 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1 – Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico, junto a proposta de preços, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, sob pena de INABILITAÇÃO.

10.2 – Para habilitação dos licitantes, serão exigidas as seguintes documentações:

10.2.1 – Habilitação Jurídica:

a) Cédula de Identidade do(s) sócio(s) da empresa;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas as alterações, ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente. Neste último caso quaisquer alterações após a consolidação deverá ser apresentada;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

10.2.2 – Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de regularidade do Licitante com a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

b) Certidão conjunta de regularidade da fazenda e dívida ativa da União, nos termos da Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014;

c) Prova de regularidade com o FGTS (conforme Lei 8.036/90);

d) Certidão Negativa de débitos Trabalhista – CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011;

10.2.3 – Qualificação Técnica:

a) Deverão ser observadas as exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

10.2.4 – Qualificação Econômico-Financeira:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, ou Certidão de Recuperação Judicial afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme disposto no **Acórdão 1201/2020-TCU**, expedidas pelo Distribuidor da sede do Licitante dentro do seu prazo de validade. As certidões que não constarem o prazo de validade expressamente, serão consideradas válidas quando o prazo não for superior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua emissão, salvo as exigências constantes no **item 10.6, alínea “c”**.
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3(três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1)** A expressão na forma da lei será igualmente suprida quando o balanço patrimonial e a demonstração de resultado forem apresentados através de publicação em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação.
- b.2)** As empresas com menos de 01 (um) ano de exercício social de existência devem apresentarem **Balanço de Abertura ou o último Balanço Patrimonial levantado**.
- b.3)** A comprovação de boa situação financeira da licitante será avaliada com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) definidos na IN 02/2010 SLTI/MPOG, em consonância com o disposto no art. 31, § 1º e § 5º da Lei nº 8666/93, conforme aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.2.5 – Serão inabilitados os proponentes que apresentarem resultado menor do que 01 (um), em qualquer um dos índices obtidos na avaliação da situação financeira, de acordo com o disposto no item 10.2.4, alínea “b” e seus subitens;

10.2.6 – Declaração de que os sócios da proponente não são servidores ou dirigentes do Município de Boa Vista – RR, ou responsável pela licitação;

10.2.7 – Formulário fornecido pelo órgão licitante contendo todas as informações solicitadas, devidamente preenchidas e assinadas pelo representante legal, conforme modelo constante no **ANEXO IV** deste Edital. Cabe ressaltar que a apresentação do referido formulário não é de cunho obrigatório, porém é de responsabilidade da licitante a prestação das informações no momento da apresentação da proposta de preços, Item 8 do Edital.

10.3 – ALÉM DESTA DOCUMENTAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ ATENDER TODAS AS EXIGÊNCIAS CONFORME DESCRITO NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), DESTE EDITAL, INCLUSIVE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

10.4 – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviadas nos termos do disposto no item 6.1.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.4.1 – É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.4.2 – O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.5 – *Todos os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original ou em fotocópias (nos termos do Art. 3º, II da Lei 13.726/2018), bem como os licitantes poderão solicitar à CPL nos dias que antecedem a abertura da sessão a certificação “Confere com original” das documentações apresentadas, reservando-se o direito de, a qualquer momento, exigir os originais para comparação e comprovação de sua autenticidade.*

10.6 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, observando-se ainda o seguinte:

a) se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **matriz**, ou;

b) se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **filial**, exceto quanto à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no corpo das certidões supra, serem válidas para **matriz** e **filiais**, assim como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos **centralizado**, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a **centralização**, ou;

c) se o licitante for à **matriz** e o **executor do objeto** for à **filial**, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da **matriz** e da **filial**, simultaneamente. A mesma situação fica configurada quando o licitante for à **filial** e o **executor do objeto** for a **matriz**, observando-se o disposto na alínea “a” deste item, quanto à centralização de recolhimentos dos encargos;

d) serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

10.7 – A documentação exigida neste Edital, para Habilitação e Proposta de Preços, não poderá conter rasuras, ressalvas, emendas, borrões e entrelinhas.

10.8 – Documentos que possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão estar válidos até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Já aqueles que não possuírem prazo de validade expressamente serão considerados válidos quando datados nos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de sua apresentação, exceto:

a) Atestado de Capacidade Técnica que obedece o disposto no § 5º art. 30 da Lei Federal nº 8666/93;

b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, cujo o prazo de validade será conforme o descrito no item 10.2.4, alínea “a” deste Título.

10.9 – O não envio de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título INABILITARÁ o proponente.

10.10 – Quando houver necessidade, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará os documentos de habilitação referentes à qualificação técnica à **Secretaria demandante**, para análise e parecer das exigências técnicas dispostas no item 10.2.3 do presente edital e no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

10.10.1 - Após a manifestação da Secretaria, o (a) Pregoeiro (a) fará a conferência das demais documentações e procederá com o julgamento da fase habilitatória.

10.11 - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11 – DOS RECURSOS

11.1 – Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 – Havendo quem se manifeste, caberá o(a) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3 – Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.4 – A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5 – Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor. Caso não ocorra a interposição de recursos caberá o (a) Pregoeiro(a) adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2 – Após adjudicação, os autos serão encaminhados à Controladoria Geral do Município – CGM para análise dos procedimentos licitatórios. Aprovada a regularidade/legalidade os autos serão encaminhados para homologação da autoridade competente.

13 – FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

13.1 – Quanto a fiscalização e o recebimento do objeto da licitação, serão observadas as regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo I, do presente edital.

13.2 – Em casos de convênio, a Contratada deverá permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE, e dos Órgãos de Controle Internos e Externos, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este convênio, bem como aos locais de execução do objeto do presente Contrato.

14 – PAGAMENTO

14.1 – Os recursos financeiros correrão sob as rubricas:
Programa de Trabalho nº:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Natureza de Despesa:

Fonte de Recursos:

Valor Estimado: **R\$ 5.943.686,44 (cinco milhões novecentos e quarenta e três mil seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).**

14.2 – Os pagamentos decorrentes da concretização do objeto desta licitação serão efetuados conforme descrito no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

14.3 – Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

15– DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA

15.1 – Fica dispensada para o(s) licitante(s) vencedor (es) prestação da garantia para a execução do objeto da presente licitação, conforme disposto no art. 56, § 2º da Lei nº 8.666/93, **salvo se exigido pela autoridade competente no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.**

16 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 – Quanto as sanções administrativas, serão observadas as regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo I, do presente edital.

17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

17.1.1 – Anexo I – Termo de Referência;

17.1.2 – Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços

17.1.3 – Anexo III – Minuta Contratual

17.1.4 – Anexo IV – Informações para Formalização do Contrato;

17.1.5 – Anexo V – Modelo de Planilha / Proposta de Preço.

17.2 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

17.3 – Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

17.4 – O Pregoeiro(a), no interesse da administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame e, em especial, na sessão do pregão, relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

17.4.1 – Se houver solicitação de documentos em diligências, estes poderão ser apresentados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Boa Vista, localizado à Rua General Penha Brasil, nº. 1011, Bairro São Francisco, Palácio 9 de julho, CEP 69.305 – 130.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

17.4.2 – O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

17.4.3 – Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a respectiva somente será reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com, no mínimo, 24(vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17.5 – A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

17.6 – A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado na CPL para conhecimento dos participantes da licitação.

17.7 – Para atender a seus interesses, o Município reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.8 – Qualquer modificação no presente edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.9 – Em casos de equívocos de digitação no texto do presente edital ou em seus anexos, será publicado um adendo retificador e/ou esclarecedor, contendo as devidas correções para melhor compreensão dos licitantes, evitando possíveis desentendimentos.

17.10 – Fica o licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.

17.11 – Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Boa Vista – RR, 26 de setembro de 2023.

Rosana de Oliveira Borges Vieira
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

01 APRESENTAÇÃO

1.1 Atendendo ao disposto sobre procedimentos licitatórios, definido pelo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e regulamentado nacionalmente pelas Leis 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Decreto Municipal nº 113/E, de 19 de novembro de 2014, bem como o Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 que englobam as contratações de serviços e a aquisição de bens e como demais legislações complementares aplicadas a matéria, elaborou-se o presente Termo de Referência .

02 DO OBJETO

2.1 Eventual contratação de empresa especializada, para fornecimento dos materiais de consumo visando atender aos procedimentos neurocirúrgicos, com a disponibilização, em regime de comodato, do conjunto de instrumentais, instrumentador e equipamentos necessários compatíveis com o uso dos materiais fornecidos, visando suprir as necessidades do Hospital da Criança Santo Antônio – HCSA.

03 DESCRIÇÃO DO OBJETO E QUANTITATIVOS

3.1 A descrição e quantidade a serem adquiridas deverão estar de acordo com as informações descritas conforme Anexo I, deste Termo de Referência;

3.2 Na ocorrência de alguma divergência na descrição dos materiais fornecidos pelo código CAT-MAT cadastrado no sistema Comprasnet, o descritivo a ser seguido é o constante no anexo I deste Termo de Referência .

04 DA JUSTIFICATIVA DO PROCESSO

O Hospital da Criança Santo Antônio, única unidade de Média e Alta Complexidade do Município de Boa Vista – RR, que atende à demanda público infantil de 29 dias a 12 anos, 11 meses e 29 dias de Boa Vista e demais municípios interior do Estado, regiões fronteiriças com Guiana e Venezuela e áreas indígenas, sendo referência para atendimento de urgências e emergências, atendimento ambulatorial e internação em 23 especialidades médicas com tratamento clínico e cirúrgico em várias destas especialidades. Atualmente com 138 leitos de internação em funcionamento com assistência médica direta 24 horas do dia, incluindo blocos de internação para patologias agudas e setores críticos como atendimento de Urgências e Emergências, 05 leitos de recuperação pós-anestésica no Centro Cirúrgico, 08 leitos na Unidade de Cuidados Prolongados e 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica.

Considerando que o Município de Boa Vista, foi habilitado na condição de Gestão Plena do Sistema Municipal por meio da Portaria nº 1.315 GM-MS, de 28 de outubro de 1999 e sob essa condição tem a responsabilidade de formular a política de saúde no âmbito do Município de Boa Vista, promover ações de Assistência Básica, Média e Alta Complexidade de Saúde, bem como gerir o Sistema Único de Saúde – SUS, nos termos da Constituição Federal de 1988 e da Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde).

Considerando ainda que a Constituição Federal garante que saúde é um direito de todos, onde em seus artigos prevê que:

***Artigo 6º** “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Artigo 30º “Compete aos Municípios: Inciso VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente diz que:

Artigo 4º “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Artigo 7º “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

Artigo 11º “É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde”.

Considerando a responsabilidade do Município de Boa Vista em prover todos os meios para oferta do cuidado integral ao público infantil de 29 dias a 12 anos, 11 meses e 29 dias.

Na especialidade de neurocirurgia o hospital possui 3 (profissionais) que realizam cirurgias de urgências e emergência em escala de sobreaviso 24 (vinte e quatro horas), ambulatório para acompanhamento dos pacientes e procedimentos cirúrgicos eletivos, sendo essencial garantir os materiais necessários para a condução dos casos de emergência e eletivos. Os materiais neste termo são de extrema importância, uma vez que estes procedimentos utilizam insumos específicos.

Especialidade cirúrgica que contribui para o diagnóstico, tratamento e reabilitação de doenças neurológicas. Um neurocirurgião pode tratar traumatismos cranianos, aneurismas, malformações, tumores do encéfalo e da caixa óssea craniana, tumores da coluna; hidrocefalia, edema cerebral, deformações do crânio congênitas, afundamentos e falhas ósseas; tratar dores crônicas com procedimentos cirúrgicos, entre outros. Os benefícios para os pacientes atendidos são óbvios: vidas são salvas e muitas sequelas graves são evitadas;

A falta desses insumos gera impacto direto no acréscimo do tempo de internação do paciente no hospital, além de ser fato gerador de demandas judiciais que oneram significativamente os custos do serviço público.

Deste modo, justificamos a Eventual Contratação de empresa especializada, para fornecimento dos materiais de consumo visando atender aos procedimentos neurocirúrgicos, com a disponibilização, em regime de Comodato, do conjunto de instrumentais, instrumentador e equipamentos necessários compatíveis com o uso dos materiais fornecidos, visando suprir as necessidades do Hospital da Criança Santo Antônio, conforme descrito no Anexo I.

4.1 DA JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO

Os materiais descritos no ANEXO I, estão agrupados, uma vez que, os mesmos mantem relação entre si, e para realização do procedimento cirúrgico existe a necessidade de dispor de todos materiais envolvidos. Neste contexto, caso a aquisição ocorresse por item, poderiam existir itens contratados e outros não, gerando assim, em alguns procedimentos, a impossibilidade da realização dos procedimentos cirúrgicos;

Outro fator importante são as especificações técnicas e físicas que cada marca poderia apresentar, pois produtos de diferentes fabricantes podem divergir em medidas e composições químicas, portanto, os materiais devem ser compatíveis entre si, influenciando na eficácia do procedimento cirúrgico que na maioria das vezes é delicado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

05 VEDAÇÃO DE CONSÓRCIOS

5.1. Vedada à participação na licitação de empresa em regime de consórcio, considerando que a ausência de consórcio não acarretará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação, mormente em relação à qualificação técnica e econômica financeira, o que não ocorre no objeto do referido Termo de Referência. Assim, nos termos do artigo 33, da Lei n. 8666/93, o Município de Boa Vista por meio da Secretaria Municipal de Saúde infere que a vedação de participação de empresa constituída em consórcio, na licitação objeto do Termo de Referência em tela, é a que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

06 DA HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS

6.1 A habilitação dos interessados ocorrerá mediante a apresentação das documentações abaixo descritas, de acordo com as determinações da Lei 8.666/93, em seu Art. 27, Incisos I à V:

- a) Habilitação jurídica;
- b) Regularidade fiscal e trabalhista;
- c) Qualificação Econômico-Financeira;
- d) Qualificação técnica:

d.1) A licitante participante deverá apresentar atestado (s) de capacidade técnica emitido em nome da empresa, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter realizado satisfatoriamente a prestação de serviços de fornecimento dos materiais de consumo visando atender aos procedimentos neurocirúrgicos, com a disponibilização, em regime de Comodato, do conjunto de instrumentais, instrumentador e equipamentos necessários compatíveis com o uso dos materiais fornecidos, conforme descritos no Anexo I, em quantidades e prazos compatíveis com o objeto;

d.2) Apresentar Declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento de materiais e disponibilização dos equipamentos em regime de comodato.

d.3) Apresentar Alvará Sanitário (vigente) segundo legislação vigente, emitido pela Vigilância sanitária responsável pela fiscalização da respectiva atividade, conforme Código Sanitário do Município de Boa Vista e Portaria 275/2021- SMSA;

d.4) Apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ou cópia legível da publicação no D.O.U, conforme RDC Nº 16 de 1º de abril de 2014;

d.5) Apresentar de acordo com o objeto o Registro/Inscrição da empresa no(s) Conselho(s) Regional de Farmácia – CRF ou Conselho Regional de Enfermagem – COREN ou no Conselho Regional de Medicina – CRM, do Estado onde estiver instalado;

d.6) Apresentar declaração formal de que possui ou possuirá em seu quadro de pessoal 01 (um) Profissional qualificado em instrumentação cirúrgica, devidamente registrado no Conselho de Classe correspondente, admitindo a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, em conformidade com o § 10 do artigo 30, da Lei nº 8.666/93.

07 APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

7.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, e havendo interesse em formalização do Contrato, a Secretaria Municipal de Saúde encaminhará via e-mail, o qual será informado pela empresa no momento da assinatura da Ata, expediente para a empresa ganhadora, a fim de apresentar os documentos que foram apresentados como “declaração” no momento da habilitação técnica, conforme abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7.2 Apresentar Certificado de Regularidade Técnica (Curso de Instrumentação Cirúrgica) de profissional habilitado;

7.3 Comprovar que possui um profissional técnico, por meio da CTPS, contrato de prestação de serviços ou contrato social da licitante, devidamente registrado em conselho de classe e demais órgãos reguladores que garantam a qualificação técnica necessária para o atendimento do objeto;

7.4. Apresentar a declaração de anuência do(s) respectivo(s) profissional técnico quanto a execução do objeto;

7.5 A empresa deverá encaminhar a documentação descrita acima, em um período máximo de 05 dias corridos, e o não cumprimento deste prazo e/ou não apresentação da documentação, ensejará na desclassificação da empresa e demais fases a fim de convocar as próximas colocadas no pregão.

8 DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 Após a assinatura do contrato e havendo necessidade da realização de cirurgias, eletivas ou emergenciais, será emitida Ordem de Fornecimento contendo a descrição dos itens necessários, assim como, a quantidade estimada de uso por paciente/cirurgia. Deverá a Ordem de Fornecimento, indicar se o procedimento será eletivo ou emergência. Tal documento deverá ser assinado pelo profissional médico que realizará a cirurgia;

8.2 Após emissão da Ordem de Fornecimento, a mesma deverá ser encaminhada via- mail, o qual a empresa deverá informar oficialmente, no momento da apresentação da proposta;

8.3 Após realização da cirurgia, deverá o profissional instrumentador da empresa, em conjunto com a equipe do centro cirúrgico, identificar quais materiais e quantidades foram utilizados no procedimento cirúrgico, elaborando um relatório conjunto, o qual servirá de base para faturamento pela empresa. Somente serão faturados os itens descritos no Lote I devendo estar constante no Relatório Médico e/ou Boletim Operatório e/ou Cautela de neurocirurgia assinado pelo instrumentador e médico assistente pensando inclusive etiqueta do produto utilizado. Em casos específicos podem ser solicitados Raio-X do paciente após a cirurgia, devidamente atestado pela equipe técnica de neurocirurgia;

8.4 A emissão do faturamento, pela empresa, deverá levar em consideração os relatórios dos itens utilizados na cirurgia, e seus respectivos preços unitários, conforme descrito na alínea 8.3;

8.5 Os equipamentos e instrumentais que deverão ser entregues em regime de comodato, deverão ser entregues acondicionados em perfeitas condições de uso;

8.6 Os equipamentos e instrumentais entregues em comodato, deverão ser de boa qualidade e deverão atender a necessidade das cirurgias na especialidade de neurocirurgia do Hospital da Criança Santo Antônio-HCSA, o qual é especializado em atendimentos de pacientes pediátricos;

8.7 No momento do recebimento dos instrumentais e equipamentos em comodato para cirurgia, deverá a equipe do Centro Cirúrgico realizar vistoria técnica a fim de identificar o estado de conservação dos materiais, emitindo relatório do recebimento do material para controle interno do Centro Cirúrgico;

8.8 Após a realização do procedimento, deverá ser emitida cautela de devolução para empresa, dos materiais que foram entregues em regime de comodato, a fim de controle interno do Centro Cirúrgico.

09 LOCAL DE RECEBIMENTO DO MATERIAL

9.1 No Centro Cirúrgico do Hospital da Criança Santo Antônio - HCSA. Situado à Av. Das Guianas, 1645, Treze de Setembro – Boa Vista-RR, CEP 69308-160;

9.2 Poderá, o Hospital da Criança Santo Antônio – HCSA, disponibilizar estrutura física para condicionamento, pela empresa, dos materiais e equipamentos necessários.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.1 Manter-se, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

10.2 Disponibilizar relação a SMSA e mantê-la atualizada quanto aos equipamento(s) e equipe técnica (com indicação nominal de todos os profissionais, suas qualificações técnicas e declaração de anuência dos respectivos), considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação;

10.3 Entregar, instalar e testar os equipamentos adquiridos pela CONTRATANTE, conforme o solicitado, com qualidade, eficiência, presteza e pontualidade, em conformidade com os termos e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

10.4 Fornecer treinamento para os cirurgiões, equipe de enfermagem da CME (Central de Material de Esterilização), Centro Cirúrgico e Órtese e Prótese, sem ônus para o Município de Boa Vista-RR;

10.5 Realizar treinamento de manuseio quanto ao uso e lavagem do material em consignação, aos profissionais lotados na Central de Material Esterilizado/HCSA no mínimo 05 (cinco) profissionais indicados pela Diretoria do Hospital;

10.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar todo o instrumental específico e completo para a utilização do material. Nos casos de material de grande utilização a contratada deverá deixar nas dependências do centro cirúrgico, a título de comodato, os equipamentos e instrumentais necessários para uso dos produtos adquiridos, devendo fazer a manutenção de todos os seus equipamentos e também conserto para seu pleno uso. Deverá substituí-lo em caso de pane em no MÁXIMO 48 HORAS APÓS o aviso à empresa para o bom andamento dos procedimentos cirúrgicos.;

10.7 Quando se tratar de instrumentos mecânicos e eletro-eletrônicos a CONTRATADA disponibilizará um técnico especializado para acompanhamento de todos os procedimentos em que forem utilizados, cabendo a este sua instalação e operação, da mesma forma, as cirurgias onde se utilizarem materiais de osteossíntese e implantes protéticos deverá ser acompanhada de um instrumentador cirúrgico qualificado (especializado em instrumentação cirúrgica), com registro ativo, devidamente registrado no Conselho de Classe. Tal exigência se justifica pela necessidade da presença desse profissional na unidade de saúde durante o ato cirúrgico, pois o técnico em instrumentação cirúrgica é o profissional capacitado a manusear os equipamentos durante o procedimento cirúrgico. Sendo treinado pelo próprio fabricante a manusear os equipamentos que serão disponibilizados em regime de comodato;

10.8 A empresa contratada deverá arcar com o transporte dos materiais, assim como, dos equipamentos em comodato até o local indicado neste documento;

10.9 Assegurar suporte técnico à contratante 24 (vinte e quatro) horas por dia, sem ônus para o Município;

10.10 Garantir o funcionamento ininterrupto dos equipamentos/instrumentais na vigência do Contrato;

10.11 Apresentar tabela contendo descritivo, modelo e marca dos equipamentos que serão entregues em comodato, assim como, o registro emitido pela ANVISA, conforme RDC nº 69/2008.

10.12 Apresentar a SMSA, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas;

10.13 Durante a permanência dos funcionários/colaboradores da CONTRATADA na sede da CONTRATANTE, os mesmos deverão estar identificados utilizando crachás;

10.14 Os funcionários/colaboradores da CONTRATADA deverão manter sigilo das ações previstas na sede da CONTRATANTE durante a prestação dos serviços;

10.15 Indicar um preposto para representa-la durante toda a execução contratual;

10.16 Não transferir a outrem suas obrigações (no todo ou em parte), sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

10.17 Comunicar à SMSA, por escrito, qualquer anormalidade de caráter de urgência e prestar os



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

esclarecimentos julgados necessários;

10.18 Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos, prejuízos e/ou atos praticados por seus funcionários em serviço, que vier a causar ao CONTRATANTE aos usuários do SUS ou a terceiros, arcando com toda e qualquer indenização proveniente de danos decorrentes de ação ou omissão, ressaltando-se ainda que mesmo atestando o serviço prestado, subsistirá a responsabilidade da CONTRATADA pela solidez, qualidade e segurança destes serviços;

10.19 Assumir a responsabilidade pelos salários, encargos sociais, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e impostos resultantes do contrato e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir futuramente;

10.20 As custas e despesas relacionadas ao instrumentador serão em sua totalidade de responsabilidade da CONTRATADA;

10.21 Não transferir o objeto do contrato a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Designar Fiscal (is), com competência legal, para exercer a fiscalização, coordenação e acompanhamento da execução do contrato, por servidores especialmente designados para este fim;

11.2 Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações contratuais;

11.3 Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais;

11.4 Notificar a CONTRATADA, quando for o caso, sobre a aplicação de eventuais sanções previstas em Contrato;

11.5 Notificar por escrito à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto do contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência fixando prazo para sua correção;

11.6 Efetuar o pagamento da(s) Nota(s) Fiscal(is) nas condições e prazos estabelecidos no contrato e, realizar eventuais glosas de valores quando necessárias, oficializando a empresa sobre as razões que ensejaram os descontos;

11.7 Exigir a qualquer tempo da CONTRATADA, documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, em conformidade a este Termo de Referência;

11.8 Fiscalizar e inspecionar a entrega dos materiais e verificar o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem as exigências técnicas especificadas;

11.9 Disponibilizar espaço apropriado para guarda/armazenamento dos produtos /materiais consoante determinação do art. 15, § 7º, III da Lei 8.666/93;

11.10 Aceitar ou recusar os motivos alegados pela contratada para configurar caso fortuito ou de força maior, dando por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação.

12 DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por servidor (es), doravante denominado(s) FISCAL(IS), designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/93;

12.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos Arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, Art. 6º do



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Decreto nº 2.271, de 1997 e Orientação técnica da CGM 05/2016, Diário Oficial do Município de Boa Vista – nº 4106 de 22 de Fevereiro de 2016;

12.3 Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implicando também, corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70, da Lei nº. 8.666/93).

13 DA RESCISÃO E DAS PENALIDADES

13.1 A empresa convocada, dentro do prazo de validade de sua proposta, ficará impedida de licitar com o Município de Boa Vista caso incida em:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentos ou apresentar documentação falsa;
- c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) Não manter a proposta;
- e) Cometer fraude fiscal.

13.2 A recusa injustificada em assinar o Instrumento Contratual, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, desde que, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preço, ensejará na aplicação do art. 81 da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993.

13.3 Será garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, sem prejuízo das multas previstas em Edital e as demais consideradas legais;

13.4 O descumprimento total ou parcial dos compromissos assumidos quanto à entrega dos objetos constantes do processo licitatório, garantida a prévia defesa, ensejará na rescisão do contrato e/ou cancelando a Nota de Empenho, nos termos dos artigos 77 e 78, sem prejuízo do eventual exercício dos direitos previstos no artigo 80 e da aplicação das penalidades estabelecidas nos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/93;

13.5 A multa moratória, prevista no artigo 86 da Lei nº. 8.666/93 será calculada pelo percentual de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor do fornecimento em atraso, limitado a 10% (dez por cento) deste;

13.6 A multa a que se refere o inciso II do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93 será calculada sobre o valor do fornecimento em atraso, limitado a 10% (dez por cento) deste;

13.7 No caso de atraso injustificado, ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a SMSA as sanções administrativas aplicadas a CONTRATADA serão:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Boa Vista;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

13.8 Pelo atraso na entrega do objeto, a CONTRATADA estará sujeita à multa equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor total referente ao item objeto da inadimplência, que ultrapassar o respectivo prazo, contado do recebimento da nota de empenho.

a) A multa prevista no subitem anterior será aplicada até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do objeto do inadimplemento, o que não impedirá a critério da Prefeitura Municipal de Boa Vista, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.

b) O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas no item 13.7, como também a inexecução total do contrato;

c) Não manter a proposta.

13.9 As multas previstas nos itens anteriores são independentes e podem ser acumuladas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

13.10 Da aplicação das penalidades definidas neste item caberá recurso no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação;

13.11 O valor das multas será descontado dos créditos da CONTRATADA, desde já expressamente autorizado.

13.12 Inexecução Total;

a) Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor do contrato;

13.13 Inexecução Parcial;

b) Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre a parcela do contrato não executada;

13.14 Solicitação de troca de marca do produto;

c) Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor do item;

14 DO PAGAMENTO

14.1 O prazo para pagamento de serviços e aquisição, será de 30 (trinta) dias após liquidação das Notas Fiscais /Faturas no Fundo Municipal de Saúde – FMS, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde – SMSA, conforme Lei nº 1.355, de 19 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial do Município nº 2986, de 20 de julho de 2011 mediante OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:

a) Ordem de Fornecimento, contendo a descrição do material, quantidade e identificação do tipo de procedimento (eletivo e emergencial), devidamente assinado pelo profissional Cirurgião;

b) Relatório conjunto, descrevendo a quantidade e preços (com base na proposta da empresa) dos itens utilizados na cirurgia;

c) Nota Fiscal emitida pela empresa, com base no relatório conjunto, devidamente atestada pelos fiscais do processo;

d) Relatório de recebimento/execução dos serviços, detalhando os prazos cumpridos, materiais entregues e cumprimento das demais cláusulas de responsabilidade da empresa; Certidões de regularidade da empresa, com conferência de autenticidades;

14.2 Na Nota Fiscal/DANFE deverão constar:

Nome: MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PREFEITURA MUNICIPAL.

CNPJ: 05.943.030/0001-55

Endereço Palácio 09 de Julho – Rua General Penha Brasil, nº 1011 – Bairro São Francisco – CEP: 69.305-130

14.3 Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/DANFE, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

14.4 A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo FORNECEDOR, se for o caso;

14.5 Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização, não cabendo atualização financeira;

14.6 A Nota Fiscal/DANFE deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato, constando ainda o número da nota de empenho correspondente, não se admitindo Notas Fiscais/DANFE emitidos com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;

14.7 Nas Notas Fiscais/DANFE deverão constar, impreterivelmente, o número do processo, o número do empenho, o número do Contrato e Descrição do Objeto conforme proposta.

14.8 Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusive quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados;

14.9 A critério da CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

15 DA VIGÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

15.1 A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, durante esse período a SMSA não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições;

15.2 O prazo de vigência do contrato será até o dia 31 de dezembro de 2023, conforme caput do art. 57 da Lei 8.666/93, iniciando a partir da sua assinatura;

15.3 A Assinatura do Contrato deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias corridos, através de assinatura digital, onde o instrumento contratual estará disponível no link do endereço eletrônico <http://portalcidadeao.prefeitura.boavista.br/default.aspx> ou da convocação para retirada do instrumento contratual.

16 DOS CUSTOS

16.1 O valor estimado para aquisição do objeto do presente Termo constará do valor obtido após realização de pesquisa de preços a ser realizada: painel de preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldepreco.planejamento.gov.br>, pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contratações similares de outros entes públicos e pesquisa com os fornecedores desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 06 (seis) meses. (IN nº 73, de 05/08/2020);

16.2 No valor unitário do objeto deverão estar agregados todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto, envolvendo entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, frete, embalagem e demais custos relativos à aquisição do objeto.

17 DA PROPOSTA

17.1 A Proposta comercial terá sua validade mínima de 90 (noventa) dias, conforme art. 6º da Lei Federal nº 10.520/2002 c/c § 3º do art. 48 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

18 DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 Nos termos dos artigos 7º § 2º do Decreto nº 7.892/2013 e art. 15 do Decreto Municipal nº 113 – E, “Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

19 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

19.1 Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta à SMSA, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitada no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 113 – E até o limite adicional de 100% dos quantitativos registrados para utilização da SMSA.

20 DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

20.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

20.1.1 Pela Administração, quando:

- a) A detentora não cumprir as obrigações constantes desta no Edital da licitação;
- b) A detentora não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

g) A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;

h) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município-DOM, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação;

20.2 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

21 DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

21.1 O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

21.2 Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

21.3 Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

21.4 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

21.5 Consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

21.6 Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

22 CONSIDERAÇÕES FINAIS

22.1 Aplicam-se no que couber, as disposições constantes da Lei nº 8.078/90 – Código Defesa Consumidor, quanto à garantia do produto e obrigações do CONTRATANTE;

22.2 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentos referentes ao presente instrumento;

22.3 Na contagem dos prazos estabelecidos nesse termo exclui-se o dia do início e inclui-se o dia dos vencimentos, observado que só se iniciam e vencem prazos em dias de funcionamento da Unidade Gestora, decorrentes deste instrumento;

22.4 Os casos omissos e as dúvidas que surjam quando da entrega do objeto constantes do Termo de Referência, serão resolvidos pela Contratante e exclusivamente no FORO da cidade de Boa Vista/RR.

23 ANEXOS

23.1 ANEXO I – DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS.

Boa Vista – RR, data constante no sistema.

Elaborado:

(Assinatura Eletrônica)

ENOLLA RITA FONSECA

Núcleo de Controle de Processos – NC/SMSA

De acordo:

(ASSINATURA ELETRÔNICA)

FABIANO ALMEIDA SOUSA

Diretor Executivo de Atenção - DEAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Responsáveis:

(Assinatura Eletrônica)

FRANCINETE DA SILVA RODRIGUES

Diretora Geral do Hospital da Criança Santo Antônio - HCSA

(Assinatura Eletrônica)

NAMIS LEVINO DA SILVA FILHO

Superintendente de Atenção Especializada
SAE/SMSA

Aprovado:

(Assinatura Eletrônica)

LUIZ RENATO MACIEL DE MELO

Secretário Municipal de Saúde – Adjunto



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS PARA NEUROCIRURGIA

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD
GRUPO I - MATERIAIS PARA NEUROCIRURGIA				
1	458969	CLIP DE TITÂNIO, COMPATÍVEL COM A RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, SENDO UTILIZADO PARA FECHAMENTO DEFINITIVO DE ANEURISMA CEREBRAL, APROXIMADAMENTE OU DE MELHOR QUALIDADE.	UND	20
2	18015	CONJUNTO PARA HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL, INFANTIL BAIXA PRESSÃO – COMPOSIÇÃO: EM SILICONE, INTRODUTOR, VALVULA REGULADORA, CATETER VENTRICULAR.	UND	24
3	18015	CONJUNTO PARA HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL, INFANTIL MEDIA PRESSÃO – COMPOSIÇÃO: EM SILICONE, INTRODUTOR, VALVULA REGULADORA, CATETER VENTRICULAR.	UND	100
4	18015	CONJUNTO PARA HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL, INFANTIL ALTA PRESSÃO – COMPOSIÇÃO: EM SILICONE, INTRODUTOR, VALVULA REGULADORA, CATETER VENTRICULAR.	UND	24
5	10565	PASSADOR DE CATETER DVP COM MANDRIL – DESCARTAVEL, EM AÇO INOX, COM EMPUNHADURA EM PLASTICO DE ALTA RESISTENCIA PARA INTRODUÇÃO DE CATETER.	UND	148
6	19703	CONJUNTO PARA DRENAGEM VENTRICULAR EXTERNA, BURETA, BURETA MÓVEL DE 75ML PARA CÁLCULO PRECISO DO VOLUME DRENADO. POSSUI CLAMP PARA EVITAR O MOLHAMENTO DO FILTRO QUANDO FOR NECESSÁRIO POSICIONAR A DRENAGEM HORIZONTALMENTE. CATETER LOMBAR - EM SILICONE RADIOPACO, COM 1,6MM DE DIÂMETRO EXTERNO, COM MARCAÇÕES A CADA 5 CM PARA ORIENTAR A PROFUNDIDADE DE INSERÇÃO. PROTETOR DE CONEXÃO PARA PREVENÇÃO DE DESCONEXÃO INVOLUNTÁRIA. INTRODUTOR - AGULHA DE TUOHY 14G EM AÇO INOX COM MARCAÇÃO A CADA 1CM, PARA CONTROLE DE PROFUNDIDADE DE INSERÇÃO. FIO GUIA METÁLICO FLEXÍVEL, PARA FACILITAR A INTRODUÇÃO DO CATETER. BOLSA COLETORA - COM 700ML GRADUADA A CADA 50 ML PRESSÃO DE DRENAGEM POSITIVA, COM CONTROLE DE GOTEJAMENTO, COM VALVULA ANTI-REFLUXO, CONEXÃO LUER LOCK.	UND	120
7	7537	CATETER PARA MONITORIZAÇÃO DA PIC COM MEDIÇÃO DE TEMPERATURA CEREBRAL, PARENQUIMAL, SUBDURAL E VENTRICULAR: COMPATÍVEL COM MONITORES CONVENCIONAIS, NÃO REQUER CALIBRAÇÃO ADICIONAL, COMPATÍVEL COM	UND	50



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

		RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, REPRODUÇÃO DAS CURVAS DE PRESSÃO COM ALTA RESOLUÇÃO E PRECISÃO. COMPATÍVEL COM MONITOR DE PRESSÃO INTRACRANIANA.		
8	16107	SUBSTITUTO DE DURA MATER E DURA MEDULAR, COMPOSTO POR MATRIZ PROTÉICA, 100% ABSORVÍVEL, PERMEÁVEL, BIOINTEGRÁVEL EM CONTATO COM O SANGUE, FÁCIL MOLDAGEM, SUPORTA PRESSÃO LÍQUOR, TENSIONAMENTO QUE PERMITE SUTURAS, PODENDO SER CORTADO NAS DIMENSÕES DESEJADAS, COADJUVANTE NO PROCESSO DE HEMOSTASIA. TAMANHOS APROXIMADOS 7,5CM(COMPRIIMENTO)X 7,5CM (LARGURA) X 0,3 MM(EXPESURA)	UND	30
GRUPO II - MATERIAIS PARA NEUROCIRURGIA				
1	14689	SELANTE CIRÚRGICO, COMPOSTO POR POLIETILENO GLICOL + TRILISINA AMINA BARREIRA ANTIFIBRÓTICA, TAMPÃO DE BORATO, UTILIZADO NO REPARO DURAL, PRODUTO DE NATUREZA SINTÉTICA, BIOCOMPATÍVEL, A BASE DE HIDROGEL, COM POLIMERIZAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 2 SEGUNDOS, DE USO ÚNICO, ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, COM NO MÍNIMO 5 ML. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. AS MEDIDAS APRESENTADAS ACIMA SÃO APROXIMADAS. ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCATÁVEL.	UND	60
2	14689	SELANTE CIRÚRGICO, COMPOSTO POR POLIETILENO GLICOL + TRILISINA AMINA BARREIRA ANTIFIBRÓTICA, TAMPÃO DE BORATO, UTILIZADO NO REPARO DURAL NA COLUNA VERTEBRAL, PRODUTO DE NATUREZA SINTÉTICA, BIOCOMPATÍVEL, A BASE DE HIDROGEL DE USO ÚNICO, ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, 5 ML. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. AS MEDIDAS APRESENTADAS ACIMA SÃO APROXIMADAS. ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.	UND	10
3	14689	CIMENTO CIRURGICO PARA CRANIOPLASTIA, INDICADO PARA RECONSTRUCOES CRANIANAS E/OU FALHAS. COM BASE ACRILICA RADIOPACO. COMPOSIÇÃO PÓ C/ 30 A 40 G DE POLIMETILMETACRILATO SULFATO BÁRIO, APRESENTAÇÃO LÍQUIDO CONTENDO 15 A 20ML DE MMA (METILMETACRILATO), S/ ANTIBIÓTICO, EMBALAGEM ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.	UND	20



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4	436910	KIT PARA CRANIOTOMIA O QUAL PERMITE O ACESSO AO CÉREBRO ATRAVÉS DO CRÂNIO. COMPOSTO POR, COMPRESSA DE GAZE 11 FIOS 7,5CMx7,5CM DOBRADA (10UNIDS), DRILL MANUAL (01UNID), BISTURI DESCARTAVEL COM LAMINA #11 (01UNID), BISTURI DESCARTAVEL COM LAMINA #15 (01UNID), PINÇA ADSON SEM DENTE 12 CM (01UNID), TESOURA IRIS RETA 11CM (01UNID), BROCA 5,31MM COM LIMITADOR (01UNID), CHAVE SEXTAVADA (01UNID), LAMINA RASPADORA DUPLA (01UNID), AGULHA VENTRICULA 12Gx5,5 (01UNID), CAMPO FENESTRADO IMPERMEAVEL 50CMx50CM (01UNID), TOALHAS CIRURGICAS DESCARTÁVEIS 38CMx53CM (03UNIDS), PINÇA ADSON COM DENTE (1X2) 12CM (01UNID), RÉGUA GRADUADA (01UNID), PORTA AGULHAS SERRILHADO (01UNID), COPO DOSADOR 60ML (02UNID), RETRATOR ROMBO (01UNID).	UND	30
GRUPO III - MATERIAIS PARA NEUROCIRURGIA				
1	16531	DRENO COM SISTEMA FECHADO PARA DRENAGEM DE HEMATOMA SUBDURAL, INDICADO PARA DRENAGEM DE HEMATOMAS EXTRAVENTRICULAR. DESCRIÇÃO CATETER DE DRENAGEM DE HEMATOMA SUBDURAL CRÔNICO, RÁDIO OPACO, FABRICADO EM ELASTÔMERO DE SILICONE. ACOMPANHA UMA BROCA PARA PERFURAÇÃO DA CALOTA CRANIANA DE 5 MM, UM TUNELIZADOR, UM CONECTOR LUER LOCK, UM GUIA DE ÂNGULO RETO E UM GRAMPO DE FIXAÇÃO DO CATETER FORMATO BORBOLETA. OS MATERIAIS QUE ENTRAM EM CONTATO COM OS TECIDOS OU FLUÍDOS DO CORPO SÃO O ELASTÔMERO DE SILICONE E O POLIPROPILENO, AMBOS IMPREGNADOS COM SULFATO DE BÁRIO E POLICARBONATO.	UND	40
2	331521	SUBSTITUTO OSSÉO 100% SINTÉTICO E TOTALMENTE REABSORVIVEL, COMPOSTO DE PARTÍCULAS DE FOSFOSILICATO DE CÁLCIO (CPS), COM DISTRIBUIÇÃO DE TAMANHO BIMODAL COMBINADA COM UM FICHÁRIO DE POLIETILENO GLICOL E GLICERINA.	UND	40
3	7043	HEMOSTATICO EM PÓ, COMPOSIÇÃO BIOABSORVÍVEL, POLISSACARARÍDEO VEGETAL E CARBOXIMETILCELULOSE BAIXA CONCENTRAÇÃO CMC, EM PÓ, 3G, CONTENDO APLICADOR TIPO FOLE.	UND	60
4	7043	HEMOSTATICO ABSORVIVEL CELULOSE REGENERADA OXIDADA, USADO COMO ADJUNTO EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PARA AUXILIAR NO CONTROLE DE HEMORRAGIAS PROVENIENTES DE CAPILARES, VEIAS OU PEQUENAS ARTÉRIAS APRESENTAÇÃO MALHA PRINCÍPIO ATIVO CELULOSE OXIDADA REGENERADA, TOTALMENTE ABSORVIVEL EM CURTO PRAZO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 25CM COMPRIMENTO X25CM LARGURA DESCARTÁVEL E ESTÉRIL.	UND	200



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5	7043	HEMOSTATICO ABSORVIVEL, USADO COMO ADJUNTO EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PARA AUXILIAR NO CONTROLE DE HEMORRAGIAS PROVENIENTES DE CAPILARES, VEIAS OU PEQUENAS ARTÉRIAS. APRESENTAÇÃO MALHA PRINCÍPIO ATIVO CELULOSE OXIDADA REGENERADA, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 10CM COMPRIMENTO X 20CM LARGURA. DESCARTÁVEL E ESTERIL.	UND	200
6	480364	EQUIPO ESPECIAL PARA ASPIRADOR, INDICADO PARA SIMULTANEAMENTE, FRAGMENTAR, EMULSIFICAR, IRRIGAR E ASPIRAR TECIDOS DAS MAIS DIVERSAS ORIGENS, INCLUSIVE ALCIFICADOS. COMPOSTO: 01 EQUIPO ESPECIAL, P/ ASPIRAÇÃO E IRRIGAÇÃO, MATERIAL TIPO EXTENSOR, DUPLO TUBO, TIPO PONTEIRA PONTA PERFURANTE C/ FILTRO E TAMPA, TIPO PINÇA REGULADORA E CORTA FLUXO, TIPO CONECTOR COM 2 CONECTORES LUER LOCK MACHO E 1 FÊMEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEGMENTO DE BOMBA EM SILICONE, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COMPATIBILIDADE COMPATÍVEL C/ ASPIRADOR ULTRASSÔNICO A SER DISPONIBILIZADO EM COMODATO.	UND	16
7	484251	CLIFE HEMOSTATICO TIPO RANEY INFANTIL. PACOTE CONTENDO 10 UNIDS. DESCARTAVEIS, COMPRESSÃO MECÂNICA, ATRAUMATICO, COM GARRAS, PLASTICO DESCARTAVEL.	PCT	140
8	435595	CANETA COM PONTEIRA ACOPLADA DISSECTORA MONOPOLAR, INDICADA P/ ABLAÇÃO, COAGULAÇÃO E CORTE DE TECIDO 45X3MM (COMPRIMENTO X ESPESURA) PRODUTO ESTERIL.	UND	80
GRUPO IV - MATERIAIS PARA NEUROCIRURGIA				
1	448069	BROCA AUTOMATICA TREPANAÇÃO TIPO HUDSON 13MM DIAMETRO DE CAPA, 9MM DIAMERO DE PONTA, 3MM COMPRIMENTO DE CORTE, TIPO PARADA AUTOMATICA, AÇO CIRURGICO, ESTERIL.	UND	60
2	448069	BROCA AUTOMATICA TREPANAÇÃO TIPO HUDSON 14MM DIAMETRO DE CAPA, 11MM DIAMERO DE PONTA, 3MM COMPRIMENTO DE CORTE, TIPO PARADA AUTOMATICA, AÇO CIRURGICO, ESTERIL.	UND	120
3	436910	FRESAS ESFERICAS CORTANTES APROXIMADAMENTE COM 70MM (COMPRIMENTO) 4,0MM (DIÂMETRO). EM AÇO CIRURGICO, ESTERIL.	UND	20
4	436910	FRESAS ESFERICAS CORTANTES APROXIMADAMENTE COM 70MM (COMPRIMENTO) 5,5MM (DIÂMETRO). AÇO CIRURGICO, ESTERIL.	UND	20
5	436910	FRESAS ESFERICAS DIAMANTADAS APROXIMADAMENTE COM 70MM (COMPRIMENTO) 3,5MM (DIÂMETRO). AÇO CIRURGICO, ESTERIL	UND	20
6	436910	FRESAS ESFERICAS DIAMANTADAS APROXIMADAMENTE	UND	20



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

		COM 70MM (COMPRIMENTO) 4,0MM (DIÂMETRO). AÇO CIRURGICO, ESTERIL.		
7	436910	FRESAS DE PERFURAÇÃO APROXIMADAMENTE COM 70MM (COMPRIMENTO) E 1,5MM (DIÂMETRO). AÇO CIRURGICO, ESTERIL.	UND	100
8	436910	FRESA DE 22,2MM DIAMETRO DO CORTE, 44MM COMPRIMENTO TOTAL, AÇO CIRURGICO, APLICAÇÃO, RECORTE DE CALOTA CRANIANA, ESTERIL.	UND	160
9	431735	PINÇA BIPOLAR C/ FUNÇÃO DE REALIZAR A COAGULAÇÃO, DISSECÇÃO, CORTE OU FULGURAÇÃO ELETROCIRURGICA, PERMITINDO IRRIGAÇÃO DIRETAMENTE NA PONTEIRA ATIVA DE MANEIRA SIMULTANEA.	UND	120
10	466988	CAMPO CIRURGICO, COMPOSTO POR PLASTICO ADESIVO INCISIONAL FORMATO POR PELICULA FINA TRANSPARENTES DE POLIURETANO COBERTA COM ADESIVO DE ACRILATO. TAMANHO APROXIMADO DE 50 CM POR 45 CM (COMPRIMENTO X LARGURA).	UND	120
11	469506	COMPRESSAS NEUROCIRURGICAS COTONOIDE, COMPOSTO EM FIBRA DE ALGODÃO OU FIBRA DE RYON DE EXTREMA PUREZA, FIXADO POR UM FIO DE ALGODÃO IMPREGNADO POR SULFADO BÁRIO QUE AUXILIA NAS MARCAS RADIO PACAS.	UND	60
12	484433	KIT INTRODUTOR, CONTENDO CATETER DE FIBRA OPTICA DESTINADO PARA BIOPSIA, BRIDECTOMIA, FIBROMECTOMIA, REMOÇÃO DE HIPERPLASIA, DESCONTAMINAÇÃO INTRACRANEAL, MENINGIOMAS (TUMORES DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL).	UND	20
13	484549	BOTÃO FIXADOR CRANIANO, USADO PARA FIXAR OS RETALHOS ÓSSEOS CRANIANOS QUANDO DA CRANIOTOMIA, PROPORCIONANDO UMA FIXAÇÃO ESTÁVEL DO RETALHO ÓSSEO, ELIMINANDO A NECESSIDADE DE SUTURA E AUXILIANDO NA RECUPERAÇÃO PÓS-OPERATÓRIA.	UND	40
14	273052	CERA PARA OSSO INDICADA PARA CONTROLAR O SANGRAMENTO NAS SUPERFICIES OSSEAS DURANTE QUALQUER CIRURGIAS QUE ENVOLVA CORTE ÓSSEO. COMPOSTA POR MISTURA SOLIDA DE CERA DE ABELHA ALVEJADA E PALMITATO DE ISOPROPILA QUE AJE COMO EMOLIENTE. EMBALAGEM ESTERIL POR RADIAÇÃO GAMA.	UND	60

Obs: Alguns CATMATs usados acima podem ser genéricos, devido indisponibilidade de específicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

MATERIAIS QUE DEVERÃO SER ENTREGUES EM REGIME DE COMODATO

PARA O LOTE EM QUESTÃO TEMOS NECESSIDADE DE CONSIGNAÇÃO DE INSTRUMENTAL E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, CONFORME ABAIXO:

ITEM 01 (GRUPO I) - DEVERÁ SER FORNECIDO EM COMODATO PARA PRONTO USO QUANDO NECESSÁRIO: 01 (UMA) PINÇA APLICADORA DE CADA MODELO PARA AUXILIAR O PROCEDIMENTO DE IMPLANTAÇÃO DOS IMPLANTES (CLIPS DE ANEURISMA). É NECESSÁRIO O INSTRUMENTAL (PINÇA APLICADORA OU APLICADOR) APROPRIADO PARA PRESERVAR A INTEGRIDADE DO CLIP, SOBRETUDO SUA PRESSÃO, OU SEJA, SUA FORÇA DE FECHAMENTO. ESTAS PINÇAS OU APLICADORES DEVEM SER COMPATÍVEIS COM O TIPO E TAMANHO DO CLIP A SER IMPLANTADO. PARA MINI CLIPS→APLICADOR TIPO MINI e PARA CLIPS STANDARD→ APLICADOR TIPO STANDARD.

ITEM 07 GRUPO I) - DEVERÁ SER FORNECIDO EM COMODATO PARA PRONTO USO QUANDO NECESSÁRIO: 02 (DOIS) MONITORES DE PRESSÃO INTRACRANIANA – INFORMAÇÕES MÍNIMAS: MONITOR MULTI PARÂMETROS NEUROLÓGICOS PORTÁTIL, ESTRUTURADO EM UM ÚNICO EQUIPAMENTO (MONOBLOCO), PORTÁTIL PARA SER UTILIZADO COM OS CATÉTERS PARA MEDIÇÃO DE PRESSÃO E TEMPERATURA. PROPORCIONAM VISUALIZAÇÃO DO VALOR MÉDIO DA PIC, CPP, PRESSÕES SISTÓLICAS E DIASTÓLICAS, TEMPERATURA INTRACRANIANA E VISUALIZAÇÃO DA FORMA DE ONDA DE PIC, ALÉM DE HISTÓRICO DAS ÚLTIMAS 12, 24 E 36 HORAS. CONCEBIDO PARA OPERAR DE MODO INDEPENDENTE, PERMITE INTEGRAÇÃO A SISTEMAS DE MONITORAÇÃO À BEIRA DO LEITO. CARACTERÍSTICAS: ALARME REGULÁVEL SONORO E VISUAL PARA AS PRESSÕES INTRACRANIANA. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO TANTO NO LEITO COMO EM SUPORTES PARA SORO. COMPATÍVEL: CATETER PARA MONITORIZAÇÃO DA PIC PARENQUIMAL, SUBDURAL E VENTRICULAR.

ITEM 06 GRUPO III) – DEVERÁ SER FORNECIDO EM COMODATO PARA PRONTO USO QUANDO NECESSÁRIO: 1 (UM) EQUIPAMENTO ASPIRADOR ULTRASSONICO: APLICAÇÃO EM CORTE ÓSSEO E MICROCURETAGEM, DISSECAR ÓRGÃOS PARENQUIMATOSOS OU TECIDOS DOENTES (TUMORES), PRESERVANDO VASOS, NERVOS. TIPO PAINEL DIGITAL, TIPO CONTROLE POTÊNCIA VIBRAÇÃO, VÁLVULA DE DEDO (SUCCÃO), ACESSÓRIOS BOMBA IRRIGAÇÃO PRÓPRIA, COMPONENTES PONTEIRAS C/OSCILAÇÃO PIEZOELÉTRICA TITÂNIO, OUTROS COMPONENTES FILTRO, BOLSA SUCCÃO E EQUIPO DE INFUSÃO, APOIS O USO O EQUIPAMENTO SERÁ RECOLHIDO PELA EMPRESA RESPONSÁVEL PARA CONDICIONAMENTO.

ITEM 07 (GRUPO III) - DEVERÁ SER FORNECIDO EM COMODATO PARA PRONTO USO QUANDO NECESSÁRIO O INSTRUMENTAL PARA APLICAÇÃO REFERENTE AO ITEM.

ITENS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 (GRUPO IV) – DEVERÁ SER FORNECIDO EM COMODADO 02 (DOIS) EQUIPAMENTOS PNEUMÁTICO OU ELÉTRICO: CRANIÓTOMO COMPATÍVEL COM PRODUTOS OFERTADOS PARA UTILIZÁ-LOS NO ATO CIRÚRGICO.

ITEM 12 GRUPO IV) - DEVERÁ SER FORNECIDO EM COMODATO PARA PRONTO USO QUANDO NECESSÁRIO O EQUIPAMENTO CIRURGICO LASER SUGERY FO 600 MICRAS PARA CIRURGIAS DE TUMOR CEREBRAL.

ITEM 13 GRUPO IV) - DEVERÁ SER FORNECIDO EM COMODATO PARA PRONTO USO QUANDO NECESSÁRIO O INSTRUMENTAL PARA APLICAÇÃO REFERENTE AO ITEM.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

GRUPO I - MATERIAIS PARA NEUROCIÚRGIA

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	--------	----------------	-----	------	----------------	-------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1	458969	CLIP DE TITÂNIO, COMPATÍVEL COM A RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, SENDO UTILIZADO PARA FECHAMENTO DEFINITIVO DE ANEURISMA CEREBRAL, APROXIMADAMENTE OU DE MELHOR QUALIDADE	UND.	20	2.216,66	44.333,20
2	18015	CONJUNTO PARA HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL, INFANTIL BAIXA PRESSÃO – COMPOSIÇÃO: EM SILICONE, INTRODUTOR, VALVULA REGULADORA, CATETER VENTRICULAR.	UND.	24	1.982,68	47.584,32
3	18015	CONJUNTO PARA HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL, INFANTIL MEDIA PRESSÃO – COMPOSIÇÃO: EM SILICONE, INTRODUTOR, VALVULA REGULADORA, CATETER VENTRICULAR.	UND.	100	2.033,34	203.334,00
4	18015	CONJUNTO PARA HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL, INFANTIL ALTA PRESSÃO – COMPOSIÇÃO: EM SILICONE, INTRODUTOR, VALVULA REGULADORA, CATETER VENTRICULAR.	UND.	24	2.343,34	56.240,16
5	10565	PASSADOR DE CATETER DVP COM MANDRIL – DESCARTAVEL, EM AÇO INOX, COM EMPUNHADURA EM PLASTICO DE ALTA RESISTENCIA PARA INTRODUÇÃO DE CATETER.	UND.	148	1.216,66	180.065,68
6	19703	CONJUNTO PARA DRENAGEM VENTRICULAR EXTERNA, BURETA, BURETA MÓVEL DE 75ML PARA CÁLCULO PRECISO DO VOLUME DRENADO. POSSUI CLAMP PARA EVITAR O MOLHAMENTO DO FILTRO QUANDO FOR NECESSÁRIO POSICIONAR A DRENAGEM HORIZONTALMENTE. CATETER LOMBAR - EM SILICONE RADIOPACO, COM 1,6MM DE DIÂMETRO EXTERNO, COM MARCAÇÕES A CADA 5 CM PARA ORIENTAR A PROFUNDIDADE DE INSERÇÃO. PROTETOR DE CONEXÃO PARA PREVENÇÃO DE DESCONEXÃO INVOLUNTÁRIA. INTRODUTOR - AGULHA DE TUOHY 14G EM AÇO INOX COM MARCAÇÃO A CADA 1CM, PARA CONTROLE DE PROFUNDIDADE DE INSERÇÃO. FIO GUIA METÁLICO FLEXÍVEL, PARA FACILITAR A INTRODUÇÃO DO CATETER. BOLSA COLETORA - COM 700ML GRADUADA A CADA 50 ML PRESSÃO DE DRENAGEM POSITIVA, COM CONTROLE DE GOTEJAMENTO, COM VALVULA ANTI-REFLUXO, CONEXÃO LUER LOCK.	UND.	120	2.200,00	264.000,00
7	7537	CATETER PARA MONITORIZAÇÃO DA PIC COM MEDIÇÃO DE TEMPERATURA CEREBRAL, PARENQUIMAL, SUBDURAL E VENTRICULAR: COMPATÍVEL COM MONITORES CONVENCIONAIS, NÃO REQUER CALIBRAÇÃO ADICIONAL, COMPATÍVEL COM	UND.	50	7.460,66	373.033,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

		RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, REPRODUÇÃO DAS CURVAS DE PRESSÃO COM ALTA RESOLUÇÃO E PRECISÃO. COMPATÍVEL COM MONITOR DE PRESSÃO INTRACRANIANA.				
8	16107	SUBSTITUTO DE DURA MATER E DURA MEDULAR, COMPOSTO POR MATRIZ PROTÉICA, 100% ABSORVÍVEL, PERMEÁVEL, BIOINTEGRÁVEL EM CONTATO COM O SANGUE, FÁCIL MOLDAGEM, SUPORTA PRESSÃO LÍQUOR, TENSIONAMENTO QUE PERMITE SUTURAS, PODENDO SER CORTADO NAS DIMENSÕES DESEJADAS, COADJUVANTE NO PROCESSO DE HEMOSTASIA. TAMANHOS APROXIMADOS 7,5CM(COMPRIIMENTO)X7,5CM(LARGURA) X 0,3 MM(EXPESSURA)	UND.	30	5.719,33	171.579,90
VALOR TOTAL GRUPO I						1.340.170,26
GRUPO II - MATERIAIS PARA NEUROCIRURGIA						
1	14689	SELANTE CIRÚRGICO, COMPOSTO POR POLIETILENO GLICOL + TRILISINA AMINA BARREIRA ANTIFIBRÓTICA, TAMPÃO DE BORATO, UTILIZADO NO REPARO DURAL, PRODUTO DE NATUREZA SINTÉTICA, BIOCOMPATÍVEL, A BASE DE HIDROGEL, COM POLIMERIZAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 2 SEGUNDOS, DE USO ÚNICO, ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, COM NO MÍNIMO 5 ML. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. AS MEDIDAS APRESENTADAS ACIMA SÃO APROXIMADAS. ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	UND.	60	13.366,66	801.999,60
2	14689	SELANTE CIRÚRGICO, COMPOSTO POR POLIETILENO GLICOL + TRILISINA AMINA BARREIRA ANTIFIBRÓTICA, TAMPÃO DE BORATO, UTILIZADO NO REPARO DURAL NA COLUNA VERTEBRAL, PRODUTO DE NATUREZA SINTÉTICA, BIOCOMPATÍVEL, A BASE DE HIDROGEL DE USO ÚNICO, ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, 5 ML. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. AS MEDIDAS APRESENTADAS ACIMA SÃO APROXIMADAS. ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.	UND.	10	13.366,66	133.666,60
3	14689	CIMENTO CIRÚRGICO PARA CRANIOPLASTIA, INDICADO PARA RECONSTRUÇÕES CRANIANAS E/OU FALHAS. COM BASE ACRILICA RADIOPACO. COMPOSIÇÃO PÓ C/ 30 A 40 G DE POLIMETILMETACRILATO SULFATO BÁRIO, APRESENTAÇÃO LÍQUIDO CONTENDO 15 A 20ML DE MMA	UND.	20	2.665,00	53.300,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

		(METILMETACRILATO), S/ ANTIBIÓTICO, EMBALAGEM ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.				
4	436910	KIT PARA CRANIOTOMIA O QUAL PERMITE O ACESSO AO CÉREBRO ATRAVÉS DO CRÂNIO. COMPOSTO POR, COMPRESSA DE GAZE 11 FIOS 7,5CMx7,5CM DOBRADA(10UNIDS), DRILL MANUAL(01UNID), BISTURI DESCARTÁVEL COM LAMINA #11(01UNID), BISTURI DESCARTÁVEL COM LAMINA #15(01UNID), PINÇA ADSON SEM DENTE 12 CM(01UNID), TESOURA IRIS RETA 11CM(01UNID), BROCA 5,31MM COM LIMITADOR(01UNID), CHAVE SEXTAVADA(01UNID), LAMINA RASPADORA DUPLA(01UNID), AGULHA VENTRICULA 12Gx5,5(01UNID), CAMPO FENESTRADO IMPERMEÁVEL 50CMx50CM(01UNID), TOALHAS CIRÚRGICAS DESCARTÁVEIS 38CMx53CM(03UNIDS), PINÇA ADSON COM DENTE(1X2) 12CM(01UNID), RÉGUA GRADUADA(01UNID), PORTA AGULHAS SERRILHADO(01UNID), COPO DOSADOR 60ML(02UNID), RETRATOR ROMBO(01UNID).	UND.	30	8.933,33	267.999,90
VALOR TOTAL GRUPO II						1.256.966,10
GRUPO III - MATERIAIS PARA NEUROCIQUIRIA						
1	16531	DRENO COM SISTEMA FECHADO PARA DRENAGEM DE HEMATOMA SUBDURAL, INDICADO PARA DRENAGEM DE HEMATOMAS EXTRAVENTRICULAR. DESCRIÇÃO CATETER DE DRENAGEM DE HEMATOMA SUBDURAL CRÔNICO, RÁDIO OPACO, FABRICADO EM ELASTÔMERO DE SILICONE. ACOMPANHA UMA BROCA PARA PERFURAÇÃO DA CALOTA CRANIANA DE 5 MM, UM TUNELIZADOR, UM CONECTOR LUER LOCK, UM GUIA DE ÂNGULO RETO E UM GRAMPO DE FIXAÇÃO DO CATETER FORMATO BORBOLETA. OS MATERIAIS QUE ENTRAM EM CONTATO COM OS TECIDOS OU FLUÍDOS DO CORPO SÃO O ELASTÔMERO DE SILICONE E O POLIPROPILENO, AMBOS IMPREGNADOS COM SULFATO DE BÁRIO E POLICARBONATO.	UND.	40	2.418,33	96.733,20
2	331521	SUBSTITUTO OSSÉO 100% SINTÉTICO E TOTALMENTE REABSORVIVEL, COMPOSTO DE PARTÍCULAS DE FOSFOSILICATO DE CÁLCIO (CPS), COM DISTRIBUIÇÃO DE TAMANHO BIMODAL COMBINADA COM UM FICHÁRIO DE POLIETILENO GLICOL E GLICERINA.	UND.	40	5.886,66	235.466,40
3	7043	HEMOSTÁTICO EM PÓ, COMPOSIÇÃO BIOABSORVÍVEL, POLISSACARARÍDEO VEGETAL E CARBOXIMETILCELULOSE BAIXA CONCENTRAÇÃO CMC, EM PÓ, 3G, CONTENDO APLICADOR TIPO FOLE.	UND.	60	2.683,33	160.999,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4	7043	HEMOSTATICO ABSORVIVEL CELULOSE REGENERADA OXIDADA, USADO COMO ADJUNTO EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PARA AUXILIAR NO CONTROLE DE HEMORRAGIAS PROVENIENTES DE CAPILARES, VEIAS OU PEQUENAS ARTÉRIAS APRESENTAÇÃO MALHA PRINCÍPIO ATIVO CELULOSE OXIDADA REGENERADA, TOTALMENTE ABSORVIVEL EM CURTO PRAZO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 25CM COMPRIMENTO X25CM LARGURA DESCARTÁVEL E ESTÉRIL.	UND.	200	1.063,33	212.666,00
5	7043	HEMOSTATICO ABSORVIVEL, USADO COMO ADJUNTO EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PARA AUXILIAR NO CONTROLE DE HEMORRAGIAS PROVENIENTES DE CAPILARES, VEIAS OU PEQUENAS ARTÉRIAS. APRESENTAÇÃO MALHA PRINCÍPIO ATIVO CELULOSE OXIDADA REGENERADA, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 10CM COMPRIMENTO X 20CM LARGURA. DESCARTÁVEL E ESTÉRIL.	UND.	200	1.063,33	212.666,00
6	480364	EQUIPO ESPECIAL PARA ASPIRADOR, INDICADO PARA SIMULTANEAMENTE, FRAGMENTAR, EMULSIFICAR, IRRIGAR E ASPIRAR TECIDOS DAS MAIS DIVERSAS ORIGENS, INCLUSIVE ALCIFICADOS. COMPOSTO: 01 EQUIPO ESPECIAL, P/ ASPIRAÇÃO E IRRIGAÇÃO, MATERIAL TIPO EXTENSOR, DUPLO TUBO, TIPO PONTEIRA PONTA PERFURANTE C/ FILTRO E TAMPA, TIPO PINÇA REGULADORA E CORTA FLUXO, TIPO CONECTOR COM 2 CONECTORES LUER LOCK MACHO E 1 FÊMEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEGMENTO DE BOMBA EM SILICONE, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COMPATIBILIDADE COMPATÍVEL C/ ASPIRADOR ULTRASSÔNICO A SER	UND	16	4.837,33	77.397,28
7	484251	CLIQUE HEMOSTATICO TIPO RANEY INFANTIL. PACOTE CONTENDO 10 UNIDS. DESCARTAVEIS, COMPRESSÃO MECÂNICA, ATRAUMATICO, COM GARRAS, PLASTICO DESCARTAVEL.	PCT	140	723,33	101.266,20
8	435595	CANETA COM PONTEIRA ACOPLADA DISSECTORA MONOPOLAR, INDICADA P/ ABLAÇÃO, COAGULAÇÃO E CORTE DE TECIDO 45X3MM (COMPRIMENTO X ESPESURA) PRODUTO ESTERIL.	UND	80	2.406,66	192.532,80
VALOR TOTAL GRUPO III						1.289.727,68
GRUPO IV - MATERIAIS PARA NEUROCIRURGIA						
1	448069	BROCA AUTOMATICA TREPANAÇÃO TIPO	UND	60	3.670,00	220.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

		HUDSON 13MM DIAMETRO DE CAPA, 9MM DIAMETRO DE PONTA, 3MM COMPRIMENTO DE CORTE, TIPO PARADA AUTOMÁTICA, AÇO CIRÚRGICO, ESTERIL.				
2	448069	BROCA AUTOMÁTICA TREPANAÇÃO TIPO HUDSON 14MM DIAMETRO DE CAPA, 11MM DIAMETRO DE PONTA, 3MM COMPRIMENTO DE CORTE, TIPO PARADA AUTOMÁTICA, AÇO CIRÚRGICO, ESTERIL.	UND.	120	3.670,00	440.400,00
3	436910	FRESAS ESFÉRICAS CORTANTES APROXIMADAMENTE COM 70MM (COMPRIMENTO) 4,0MM (DIÂMETRO). EM AÇO CIRÚRGICO, ESTERIL.	UND.	20	1.766,66	35.333,20
4	436910	FRESAS ESFÉRICAS CORTANTES APROXIMADAMENTE COM 70MM (COMPRIMENTO) 5,5MM (DIÂMETRO). EM AÇO CIRÚRGICO, ESTERIL.	UND.	20	1.766,66	35.333,20
5	436910	FRESAS ESFÉRICAS DIAMANTADAS APROXIMADAMENTE COM 70MM (COMPRIMENTO) 3,5MM (DIÂMETRO). EM AÇO CIRÚRGICO, ESTERIL.	UND.	20	1.766,66	35.333,20
6	436910	FRESAS ESFÉRICAS DIAMANTADAS APROXIMADAMENTE COM 70MM (COMPRIMENTO) 4,0MM (DIÂMETRO). EM AÇO CIRÚRGICO, ESTERIL.	UND.	20	1.766,66	35.333,20
7	436910	FRESAS DE PERFURAÇÃO APROXIMADAMENTE COM 70MM (COMPRIMENTO) 1,5MM (DIÂMETRO). AÇO CIRÚRGICO, ESTERIL.	UND.	100	1.766,66	176.666,00
8	436910	FRESA DE 22,2MM DIAMETRO DO CORTE, 44MM COMPRIMENTO TOTAL, AÇO CIRÚRGICO, APLICAÇÃO, RECORTE DE CALOTA CRANIANA, ESTERIL	UND.	160	1.766,66	282.665,60
9	431735	PINÇA BIPOLAR C/ FUNÇÃO DE REALIZAR A COAGULAÇÃO, DISSECÇÃO, CORTE OU FULGURAÇÃO ELETROCIRÚRGICA, PERMITINDO IRRIGAÇÃO DIRETAMENTE NA PONTEIRA ATIVA DE MANEIRA SIMULTANEA.	UND.	120	3.883,33	465.999,60
10	466988	CAMPO CIRÚRGICO, COMPOSTO POR PLÁSTICO ADESIVO INCISIONAL FORMATO POR PELÍCULA FINA TRANSPARENTE DE POLIURETANO COBERTA COM ADESIVO DE ACRILATO. TAMANHO APROXIMADO DE 50 CM POR 45 CM (COMPRIMENTO X LARGURA)	UND.	120	441,66	52.999,20
11	439506	COMPRESSAS NEUROCIRÚRGICAS COTONOIDE, COMPOSTO EM FIBRA DE ALGODÃO OU FIBRA DE RYON DE EXTREMA PUREZA FIXADO POR UM FIO DE ALGODÃO IMPREGNADO POR SULFATO BÁRIO QUE AUXILIA NAS MARCAS RADIOPACAS	UND.	60	440,00	26.400,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

12	484433	KIT INTRODUTOR, CONTENDO CATETER DE FIBRA OPTICA DESTINADO PARA BIOPSIA, BRIDECTOMIA, FIBROMEOTOMIA, REMOÇÃO DE HIPERPLASIA, DESCONTAMINAÇÃO INTRACRANEAL, MENINGIOMAS (TUMORES DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL)	UND.	20	5.936,66	118.733,20
13	484549	BOTÃO FIXADOR CRANIANO, USADO PARA FIXAR OS RETALHOS ÓSSEOS CRANIANOS QUANDO DA CRANIOTOMIA, PROPORCIONANDO UMA FIXAÇÃO ESTÁVEL DO RETALHO ÓSSEO, ELIMINANDO A NECESSIDADE DE SUTURA E AUXILIANDO NA RECUPERAÇÃO PÓS-OPERATÓRIA.	UND.	40	2.966,66	118.666,40
14	273052	CERA PARA OSSO INDICADA PARA CONTROLAR O SANGRAMENTO NAS SUPERFÍCIES OSSEAS DURANTE QUALQUER CIRURGIAS QUE ENVOLVA CORTE ÓSSEO. COMPOSTA POR MISTURA SOLIDA DE CERA DE ABELHA ALVEJADA E PALMITATO DE ISOPROPILA QUE AJE COMO EMOLIENTE. EMBALAGEM ESTERIL POR RADIAÇÃO GAMA	UND.	60	212,66	12.759,60
VALOR TOTAL GRUPO IV						2.056.822,40
VALOR GLOBAL ESTIMADO GRUPO I, II, III e IV:						5.943.686,44

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PMBV/SMSA- PREGÃO
Nº ____/2022**

OBJETO: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO DOS MATERIAIS DE CONSUMO VISANDO ATENDER AOS PROCEDIMENTOS NEUROCIRÚRGICOS, COM A DISPONIBILIZAÇÃO, EM REGIME DE COMODATO, DO CONJUNTO DE INSTRUMENTAIS, INSTRUMENTADOR E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS COMPATÍVEIS COM O USO DOS MATERIAIS FORNECIDOS, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO ANTÔNIO – HCSA.

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário, _____, _____, _____, _____, portador da CI nº _____ e CIC nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nesta Capital, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a Empresa _____, estabelecida na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **FORNECEDORA REGISTRADA**, neste ato representado pelo seu (cargo), Sr. (nome), (qualificação do(s) representante(s) da **FORNECEDORA REGISTRADA**, firmam o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no **Processo Administrativo nº 016084/2022**, em consequência do **Pregão Eletrônico nº 000/2023**, para Registro de Preços, homologado em _____ por despacho exarado às fls. _____ do referido Processo, nos termos da



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Federal nº 7892/13 e Decreto Municipal nº 113-E, às quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

EMPRESA(S):

EMPRESA(S) REGISTRADA(S)	GRUPO(S)	VALOR TOTAL DO(S) GRUPO(S)
	1, 2, 3,e 4	

DETALHAMENTOS DOS GRUPOS

GRUPO (1, 2, 3 E 4)					
FORNECEDOR:					
ITENS	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
-					
X					
VALOR TOTAL DO GRUPOS(1, 2, 3 e 4)					

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para a **EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO DOS MATERIAIS DE CONSUMO VISANDO ATENDER AOS PROCEDIMENTOS NEUROCIRÚRGICOS, COM A DISPONIBILIZAÇÃO, EM REGIME DE COMODATO, DO CONJUNTO DE INSTRUMENTAIS, INSTRUMENTADOR E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS COMPATÍVEIS COM O USO DOS MATERIAIS FORNECIDOS, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO ANTÔNIO – HCSA**, de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico** supracitado, os quais integram a presente Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES

2.1 – A presente Ata será gerenciada pelo(a):

Órgão Gerenciador
<i>Secretaria Municipal de Saúde – SMSA</i>

2.2 – A especificação do objeto e quantitativos, a serem adquiridos pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** serão os constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, anexo I do Edital, cujos são integrantes desta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA ATA/DO FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

3.1 – O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Responsável designado pela **CONTRATANTE**, competindo-lhe:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3.1.1 – Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

3.1.2 – Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

3.1.3 – Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

3.1.4 – Consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

3.1.5 – Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

3.2 – A **FORNECEDORA REGISTRADA** é responsável, única e exclusivamente, pela execução do objeto desta Ata, não podendo em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento de quaisquer das normas e recomendações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** para justificar eventuais falhas nessa execução.

3.3 – A **FORNECEDORA REGISTRADA** obriga-se a fornecer o material e/ou prestar o serviço objeto desta Ata, em conformidade com o Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DA REVISÃO

4.1 – O valor total do presente Registro de Preços é de R\$ _____ e o preço acertado é o constante na proposta da **FORNECEDORA REGISTRADA**, aceito na licitação acima referida, devidamente rubricada pelos representantes das partes envolvidas, proibido o reajuste nos termos da legislação em vigor.

4.1.1 – É vedado efetuar acréscimo dos quantitativos fixados pela ARP inclusive o acréscimo no que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, conforme disposto no § 1º, do art. 11, do Decreto Federal nº 7.892/2013 e no §3º, do art. 25, do Decreto Municipal nº 113/E.

4.2 – Quanto a revisão e alteração dos preços registrados deverá ser obedecido o que segue:

4.2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** da Ata negociar junto aos **FORNECEDORES**.

4.2.2 – Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pela Administração ou impugnação de terceiros, que os valores registrados na Ata de Registro de Preços **estão divergentes daqueles praticados no mercado**, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:

a) Convocar a **FORNECEDORA REGISTRADA**, por meio de correspondência oficial, visando à negociação para adequação dos preços ao praticado no mercado.

a.1) O comparecimento da **FORNECEDORA REGISTRADA** deverá ser no prazo máximo de 5(cinco) dias, a contar do recebimento da notificação;

b) Frustrada a negociação, a **FORNECEDORA REGISTRADA** será liberada do compromisso assumido;

c) Convocar os demais **FORNECEDORES**, visando igual oportunidade de negociação;

d) Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos no art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pela Administração, baseada na planilha de composição de custos apresentada no ato da reformulação da proposta ao último lance verbal.

4.2.3 – Quando o preço de mercado tornar-se **superior aos preços registrados**, e a **FORNECEDORA**, mediante requerimento devidamente comprovado, **não puder cumprir** o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- a) Liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) Convocar os demais **FORNECEDORES**, visando igual oportunidade de negociação, não havendo êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá revogar a Ata de Registro de Preços.
- 4.2.4** – A cada pedido de revisão de preço deverá a **FORNECEDORA REGISTRADA** comprovar a variação ocorrente.
- 4.2.5** – A critério do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, poderá ser exigida da **FORNECEDORA REGISTRADA** a lista de preços expedida pelos fabricantes, que conterà, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.
- 4.2.6** – Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou não da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.
- 4.2.7** – O percentual diferencial entre os preços de mercado vigente à época do julgamento do pregão, devidamente apurado, e os propostos pela **FORNECEDORA REGISTRADA** será mantido durante toda a vigência do registro.
- 4.2.7.1** – O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.
- 4.2.8** – É vedado à **FORNECEDORA REGISTRADA** interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Termo de Referência, anexo I do edital.
- 4.2.9** – a revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais, que são soberanas à previsão desta cláusula.
- 4.2.10** – Na hipótese da **FORNECEDORA REGISTRADA** não efetuar a adequação dos preços de mercado, o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, a seu critério poderá cancelar parcialmente ou totalmente a ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

- 5.1** – A presente Ata de Registro de preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura, nos termos do § 3º, III, do art. 15 da Lei nº 8.666/93 e, ainda, do caput do art. 12 do Decreto Federal nº 7892/2013 e caput, do art. 25 do Decreto Municipal nº 113/E.
- 5.2** - A ata estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.
- 5.3** – A existência de preços registrados não obriga o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO/CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1** – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada sem prejuízo da apreciação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, nos casos de:
- a) Inadimplemento, irregularidade ou lentidão no cumprimento das obrigações assumidas;
- b) Ocorrência de declaração de falência ou instrução de insolvência civil promitente.
- 6.2** Em qualquer dos casos, aplica-se o disposto no art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 no tocante ao reconhecimento dos direitos da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.3 – A **FORNECEDORA** terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não assinar o Contrato, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público.

6.4 – A **FORNECEDORA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

6.5 – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas acima, assegurados e contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Ordenador de Despesas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES EXTRAORDINÁRIAS (CARONAS)

7.1 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de registro de Preços, deverão manifestar, seu interesse junto ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;

7.2 – Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência poderá ser utilizada por órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme disposto no art. 22, do Decreto Federal nº 7892/2013 e art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.

7.2.1 - O Termo de Adesão do órgão carona deve ser dirigido ao órgão gerenciador, com indicação de seu interesse e da quantidade estimada para conhecimento daquele órgão.

7.2.2 – Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante ou carona deverá efetivar a aquisição total ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

7.2.3 – A responsabilidade do órgão não participante ou carona é restrito às informações que esse produzir, não respondendo pelas eventuais irregularidades do procedimento da licitação.

7.2.4 – O órgão gerenciador não responde pelos atos do órgão não participante ou carona.

7.2.5 – Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando ao órgão gerenciador.

7.3 – Caberá à **FORNECEDORA** beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

7.4 – O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ARP** para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos participantes que aderirem, consoante disposto no § 7º, do art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.

7.5 – As aquisições ou contratações adicionais mencionadas não poderão exceder, por órgãos ou entidade, a **cem por cento** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, em atenção ao § 8º, do art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.

7.6 – Órgãos municipais não participantes em Atas do próprio município ou de órgãos estaduais e federais da Administração Pública, quando forem aderir a ARP deverão instruir o processo conforme as regras estabelecidas no art. 11, alíneas “a” a “h”, do Decreto Municipal nº 113/E.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

8.1 – O **ÓRGÃO GERENCIADOR** publicará na imprensa oficial o extrato da Ata de Registro de Preços, com indicação do número da licitação, do objeto, de forma sucinta, e do endereço do portal eletrônico da Internet onde poderão ser obtidas as informações detalhadas de todos os elementos da ata, nos termos do art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

8.2 – Nos casos em que houver a necessidade de publicação no Diário Oficial da União – DOU, o referido extrato deverá ser encaminhado à CPL, consoante §1º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

8.3 – Independentemente do valor homologado na licitação, com a publicação do extrato da ata nos termos estabelecidos neste artigo, é necessária a publicação da mesma em jornal de grande circulação, consoante §2º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES GERAIS

9.1 – As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e da **FORNECEDORA REGISTRADA**, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I do edital.

9.2 – A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto nº 7.892/ 2013 e consoante §5º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

9.3 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.4 – Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.5 - A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, conforme dispõe o art. 23, do Decreto Municipal nº 113/E.

9.6– O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 – O Foro da Cidade de Boa Vista/RR fica designado para tratar de quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inadmitindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados, firmam-se a presente Ata, perante duas testemunhas que também assinam.

Boa Vista – RR, ____ de _____ de 2023.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

PELA FORNECEDORA REGISTRADA:

TESTEMUNHAS:

1. CIC:
2. CIC:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOA
VISTA-RR, E A EMPRESA
PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário, _____, _____, _____, _____, portador da CI nº _____ e CIC nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nesta Capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, estabelecida na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo seu (cargo), Sr. (nome), (qualificação do(s) representante(s) da **CONTRATADA**), firmam o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no **Processo Administrativo nº 016084/2022**, doravante referido por Processo, em consequência do **Pregão Eletrônico nº 000/2023**, homologado em por despacho exarado às fls. do Processo, nos termos da Lei nº 8.666/93, à qual as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1- Constitui objeto do presente contrato **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO DOS MATERIAIS DE CONSUMO VISANDO ATENDER AOS PROCEDIMENTOS NEUROCIRÚRGICOS, COM A DISPONIBILIZAÇÃO, EM REGIME DE COMODATO, DO CONJUNTO DE INSTRUMENTAIS, INSTRUMENTADOR E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS COMPATÍVEIS COM O USO DOS MATERIAIS FORNECIDOS, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO ANTÔNIO – HCSA**, de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e Termo de Referência, correspondentes aos **GRUPOS 1, 2, 3 e 4**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 – Integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos os termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

- a) o edital pertinente ao Pregão Eletrônico nº 000/2023 e o anexo I (Termo de Referência);
- b) proposta da **CONTRATADA**;
- c) ata da sessão da licitação e ata de registro de preços;
- d) demais documentos anexados ao Processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1– A **CONTRATADA** é responsável, única e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato, não podendo em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento de quaisquer das normas e recomendações do **CONTRATANTE** para justificar eventuais falhas nessa execução.

3.2– Os prazos, condições para o fornecimento são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇOS E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____), e o preço é o constante da proposta da **CONTRATADA**, aceito na licitação acima referida, devidamente rubricada pelos representantes das partes contratantes, proibido o reajuste nos termos da legislação em vigor.

4.2 – O prazo para pagamento de serviços e aquisição, será de 30 (trinta) dias após liquidação das Notas Fiscais /Faturas no Fundo Municipal de Saúde – FMS, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde – SMSA, conforme Lei nº 1.355, de 19 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial do Município nº 2986, de 20 de julho de 2011 mediante OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:

- a) Ordem de Fornecimento, contendo a descrição do material, quantidade e identificação do tipo de procedimento (eletivo e emergencial), devidamente assinado pelo profissional Cirurgião;
- b) Relatório conjunto, descrevendo a quantidade e preços (com base na proposta da empresa) dos itens utilizados na cirurgia;
- c) Nota Fiscal emitida pela empresa, com base no relatório conjunto, devidamente atestada pelos fiscais do processo;
- d) Relatório de recebimento/execução dos serviços, detalhando os prazos cumpridos, materiais entregues e cumprimento das demais cláusulas de responsabilidade da empresa;
- e) Certidões de regularidade da empresa, com conferência de autenticidades;

4.2.1 – Na Nota Fiscal/DANFE deverão constar:

Nome: MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PREFEITURA MUNICIPAL.

CNPJ: 05.943.030/0001-55

Endereço Palácio 09 de Julho – Rua General Penha Brasil, nº 1011 – Bairro São Francisco – CEP: 69.305-130

4.3 – Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/DANFE, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

4.4 – A **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo **FORNECEDOR**, se for o caso;

4.5 – Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização, não cabendo atualização financeira;

4.6 – A Nota Fiscal/DANFE deverá ser emitida pela própria **CONTRATADA**, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato, constando ainda o número da nota de empenho correspondente, não se admitindo Notas Fiscais/DANFE emitidos com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;

4.7 – Nas Notas Fiscais/DANFE deverão constar, impreterivelmente, o número do processo, o número do empenho, o número do Contrato e Descrição do Objeto conforme proposta.

4.8 – Não serão efetuados quaisquer pagamentos à **CONTRATADA**, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à **CONTRATADA** ou inadimplência contratual, inclusive quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados;

4.9 – A critério da **CONTRATANTE** poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

4.10 – Quaisquer valores devidos pela **CONTRATANTE**, não pagos nas datas de seus respectivos vencimentos, por sua culpa, serão atualizados financeiramente desde a data devida até a data do efetivo pagamento, tendo como base o artigo 406 do Código Civil, *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EM = [(Taxa SELIC/30) x N] x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

Taxa SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

30 = número de dias do mês civil;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1 – Ao disposto neste Contrato aplicam-se também, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8078/90.

5.2 – Fica dispensada para o(s) licitante(s) vencedor(es) prestação da garantia para a execução do objeto da presente licitação, conforme disposto no art. 56, § 2º da Lei nº 8.666/93, salvo se exigido pela autoridade competente no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de vigência do contrato será até o dia **31 de dezembro de 2023**, conforme caput do art. 57 da Lei 8.666/93, iniciando a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 – Além das obrigações resultantes das Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019, aqui não transcritas, compete:

I – Ao CONTRATANTE:

1-As obrigações da **CONTRATANTE** são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

II – À CONTRATADA:

1 – As obrigações da **CONTRATADA** são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

1.1 - Além das obrigações elencadas no Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação, compete a contratada ainda, responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, ao executar os serviços, em razão de ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de quem em seu lugar agir;

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 – As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da **Unidade Orçamentária: Funcional Programática: Categoria Econômica: Fontes de Recursos:** tendo sido emitida a **Nota de Empenho** nº ____, de ____/____/2023, no valor de R\$ _____ (____).

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES E PENALIDADES

9.1 – O descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer das cláusulas e/ou condições estabelecidas neste instrumento, ocasionando a inexecução total ou parcial do acordado, ensejará, garantida a prévia defesa, a rescisão do contrato, na forma prescrita nos artigos 79 e 80 da Lei 8.666/93, e/ou a aplicação pelo **CONTRATANTE**, das sanções constantes nos artigos 86 e 87, do mesmo diploma legal, conforme estabelecido no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

10.1 – A fiscalização da entrega do objeto contratado será exercida por representantes do **CONTRATANTE**, neste ato denominado **FISCAIS**, nos termos dispostos no art. 67 c/c art. 70, ambos da Lei 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.2 – Este contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas nos casos previstos no art. 57 da Lei 8666/93.

10.3 – A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo de fornecimento, no montante de até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme disposto no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

10.4 – Em casos de convênio, a Contratada deverá permitir o livre acesso de servidores do **CONCEDENTE**, e dos Órgãos de Controle Internos e Externos, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este convênio, bem como aos locais de execução do objeto do presente Contrato.

10.5 - Além das obrigações elencadas acima, compete a contratada cumprir com as demais obrigações constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – A rescisão contratual ocorrerá imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial quando ocorrer as situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, na forma prescrita nos artigos 79 e 80 do mencionado Diploma Legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1 – O **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos Diários Oficiais da União (DOU) e do Município de Boa Vista (DOM), quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos, nos termos do art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – O Foro da Cidade de Boa Vista/RR fica designado para tratar de quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inadmitindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, firma-se o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também assinam.

Boa Vista – RR, ____ de _____ de 2023.

CONTRATANTE:

PELA CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

1. CIC:
2. CIC:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV – INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

1 – DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL:

NOME FANTASIA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

EST.:

CEP:

TEL (XX)

FAX (XX)

E-MAIL:

NOME P/CONTATO:

2 - ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:

QUALIFICAÇÃO: (nacionalidade, naturalidade, profissão, estado civil, endereço residencial, nº do documento de identidade, nº do CPF)

Na qualidade de: (Representante legal ou procurador)

OBSERVAÇÕES:

1 Tratando-se de representante legal será observado o ESTATUTO SOCIAL, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, constante dos documentos de habilitação já existentes no processo;

2 Tratando-se de procurador, o instrumento de PROCURAÇÃO pública ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes para praticar todos os atos pertinentes para formalização do contrato, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, se o mesmo não estiver constando do processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO V – MODELO DE PLANILHA / PROPOSTA DE MENOR PREÇO POR GRUPO

PROCESSO N.º 016084/2022-SMSA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO DOS MATERIAIS DE CONSUMO VISANDO ATENDER AOS PROCEDIMENTOS NEUROCIRÚRGICOS, COM A DISPONIBILIZAÇÃO, EM REGIME DE COMODATO, DO CONJUNTO DE INSTRUMENTAIS, INSTRUMENTADOR E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS COMPATÍVEIS COM O USO DOS MATERIAIS FORNECIDOS, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO ANTÔNIO – HCSA.

GRUPO I- MATERIAIS PARA NEUROCIÚRGIA

ITEM	MARCA	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		CLIP DE TITÂNIO, COMPATÍVEL COM A RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, SENDO UTILIZADO PARA FECHAMENTO DEFINITIVO DE ANEURISMA CEREBRAL, APROXIMADAMENTE OU DE MELHOR QUALIDADE	UND.	20		
2		CONJUNTO PARA HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL, INFANTIL BAIXA PRESSÃO – COMPOSIÇÃO: EM SILICONE, INTRODUTOR, VALVULA REGULADORA, CATETER VENTRICULAR.	UND.	24		
3		CONJUNTO PARA HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL, INFANTIL MEDIA PRESSÃO – COMPOSIÇÃO: EM SILICONE, INTRODUTOR, VALVULA REGULADORA, CATETER VENTRICULAR.	UND.	100		
4		CONJUNTO PARA HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL, INFANTIL ALTA PRESSÃO – COMPOSIÇÃO: EM SILICONE, INTRODUTOR, VALVULA REGULADORA, CATETER VENTRICULAR.	UND.	24		
5		PASSADOR DE CATETER DVP COM MANDRIL – DESCARTAVEL, EM AÇO INOX, COM EMPUNHADURA EM PLASTICO DE ALTA RESISTENCIA PARA INTRODUÇÃO DE CATETER.	UND.	148		
6		CONJUNTO PARA DRENAGEM VENTRICULAR EXTERNA, BURETA, BURETA MÓVEL DE 75ML PARA CÁLCULO PRECISO DO VOLUME DRENADO. POSSUI CLAMP PARA EVITAR O MOLHAMENTO DO FILTRO QUANDO FOR NECESSÁRIO POSICIONAR A DRENAGEM	UND.	120		



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

		HORIZONTALMENTE. CATETER LOMBAR - EM SILICONE RADIOPACO, COM 1,6MM DE DIÂMETRO EXTERNO, COM MARCAÇÕES A CADA 5 CM PARA ORIENTAR A PROFUNDIDADE DE INSERÇÃO. PROTETOR DE CONEXÃO PARA PREVENÇÃO DE DESCONEXÃO INVOLUNTÁRIA. INTRODUTOR - AGULHA DE TUOHY 14G EM AÇO INOX COM MARCAÇÃO A CADA 1CM, PARA CONTROLE DE PROFUNDIDADE DE INSERÇÃO. FIO GUIA METÁLICO FLEXÍVEL, PARA FACILITAR A INTRODUÇÃO DO CATETER. BOLSA COLETORA - COM 700ML GRADUADA A CADA 50 ML PRESSÃO DE DRENAGEM POSITIVA, COM CONTROLE DE GOTEJAMENTO, COM VALVULA ANTI-REFLUXO, CONEXÃO LUER LOCK.				
7		CATETER PARA MONITORIZAÇÃO DA PIC COM MEDIÇÃO DE TEMPERATURA CEREBRAL, PARENQUIMAL, SUBDURAL E VENTRICULAR: COMPATÍVEL COM MONITORES CONVENCIONAIS, NÃO REQUER CALIBRAÇÃO ADICIONAL, COMPATÍVEL COM RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, REPRODUÇÃO DAS CURVAS DE PRESSÃO COM ALTA RESOLUÇÃO E PRECISÃO. COMPATÍVEL COM MONITOR DE PRESSÃO INTRACRANIANA.	UND.	50		
8		SUBSTITUTO DE DURA MATER E DURA MEDULAR, COMPOSTO POR MATRIZ PROTÉICA, 100% ABSORVÍVEL, PERMEÁVEL, BIOINTEGRÁVEL EM CONTATO COM O SANGUE, FÁCIL MOLDAGEM, SUPORTA PRESSÃO LÍQUOR, TENSIONAMENTO QUE PERMITE SUTURAS, PODENDO SER CORTADO NAS DIMENSÕES DESEJADAS, COADJUVANTE NO PROCESSO DE HEMOSTASIA. TAMANHOS APROXIMADOS 7,5CM(COMPRIIMENTO)X7,5CM(LARGURA) X 0,3 MM(EXPESURA)	UND.	30		
VALOR TOTAL GRUPO I						
GRUPO II - MATERIAIS PARA NEUROCIÚRGIA						
9		SELANTE CIRÚRGICO, COMPOSTO POR POLIETILENO GLICOL + TRILISINA AMINA BARREIRA ANTIFIBRÓTICA, TAMPÃO DE BORATO, UTILIZADO NO REPARO DURAL, PRODUTO DE NATUREZA SINTÉTICA, BIOCOMPATÍVEL, A BASE DE HIDROGEL, COM POLIMERIZAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 2 SEGUNDOS, DE USO ÚNICO, ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA	UND.	60		



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

		ASSÉPTICA, COM NO MINIMO 5 ML. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. AS MEDIDAS APRESENTADAS ACIMA SÃO APROXIMADAS. ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL				
10		SELANTE CIRÚRGICO, COMPOSTO POR POLIETILENO GLICOL + TRILISINA AMINA BARREIRA ANTIFIBRÓTICA, TAMPÃO DE BORATO, UTILIZADO NO REPARO DURAL NA COLUNA VERTEBRAL, PRODUTO DE NATUREZA SINTÉTICA, BIOCAMPATÍVEL, A BASE DE HIDROGEL DE USO ÚNICO, ESTÉRIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, 5 ML. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. AS MEDIDAS APRESENTADAS ACIMA SÃO APROXIMADAS. ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.	UND.	10		
11		CIMENTO CIRURGICO PARA CRANIOPLASTIA, INDICADO PARA RECONSTRUCOES CRANIANAS E/OU FALHAS. COM BASE ACRILICA RADIOPACO. COMPOSIÇÃO PÓ C/ 30 A 40 G DE POLIMETILMETACRILATO SULFATO BÁRIO, APRESENTAÇÃO LÍQUIDO CONTENDO 15 A 20ML DE MMA (METILMETACRILATO), S/ ANTIBIÓTICO, EMBALAGEM ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.	UND.	20		
12		KIT PARA CRANIOTOMIA O QUAL PERMITE O ACESSO AO CÉREBRO ATRAVÉS DO CRÂNIO. COMPOSTO POR, COMPRESSA DE GAZE 11 FIOS 7,5CMx7,5CM DOBRADA(10UNIDS), DRILL MANUAL(01UNID), BISTURI DESCARTAVEL COM LAMINA #11(01UNID), BISTURI DESCARTAVEL COM LAMINA #15(01UNID), PINÇA ADSON SEM DENTE 12 CM(01UNID), TESOURA IRIS RETA 11CM(01UNID), BROCA 5,31MM COM LIMITADOR(01UNID), CHAVE SEXTAVADA(01UNID), LAMINA RASPADORA DUPLA(01UNID), AGULHA VENTRICULA 12Gx5,5(01UNID), CAMPO FENESTRADO IMPERMEAVEL 50CMx50CM(01UNID), TOALHAS CIRURGICAS DESCARTÁVEIS 38CMx53CM(03UNIDS), PINÇA ADSON COM DENTE(1X2) 12CM(01UNID), RÉGUA GRADUADA(01UNID), PORTA AGULHAS SERRILHADO(01UNID), COPO DOSADOR 60ML(02UNID), RETRATOR ROMBO(01UNID).	UND.	30		
VALOR TOTAL GRUPO II						



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

GRUPO III - MATERIAIS PARA NEUROCIRURGIA

13	DRENO COM SISTEMA FECHADO PARA DRENAGEM DE HEMATOMA SUBDURAL, INDICADO PARA DRENAGEM DE HEMATOMAS EXTRAVENTRICULAR. DESCRIÇÃO CATETER DE DRENAGEM DE HEMATOMA SUBDURAL CRÔNICO, RÁDIO OPACO, FABRICADO EM ELASTÔMERO DE SILICONE. ACOMPANHA UMA BROCA PARA PERFURAÇÃO DA CALOTA CRANIANA DE 5 MM, UM TUNELIZADOR, UM CONECTOR LUER LOCK, UM GUIA DE ÂNGULO RETO E UM GRAMPO DE FIXAÇÃO DO CATETER FORMATO BORBOLETA. OS MATERIAIS QUE ENTRAM EM CONTATO COM OS TECIDOS OU FLUÍDOS DO CORPO SÃO O ELASTÔMERO DE SILICONE E O POLIPROPILENO, AMBOS IMPREGNADOS COM SULFATO DE BÁRIO E POLICARBONATO.	UND.	40		
14	SUBSTITUTO OSSÉO 100% SINTÉTICO E TOTALMENTE REABSORVÍVEL, COMPOSTO DE PARTÍCULAS DE FOSFOSILICATO DE CÁLCIO (CPS), COM DISTRIBUIÇÃO DE TAMANHO BIMODAL COMBINADA COM UM FICHÁRIO DE POLIETILENO GLICOL E GLICERINA.	UND.	40		
15	HEMOSTÁTICO EM PÓ, COMPOSIÇÃO BIOABSORVÍVEL, POLISSACARARÍDEO VEGETAL E CARBOXIMETILCELULOSE BAIXA CONCENTRAÇÃO CMC, EM PÓ, 3G, CONTENDO APLICADOR TIPO FOLE.	UND.	60		
16	HEMOSTÁTICO ABSORVÍVEL CELULOSE REGENERADA OXIDADA, USADO COMO ADJUNTO EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PARA AUXILIAR NO CONTROLE DE HEMORRAGIAS PROVENIENTES DE CAPILARES, VEIAS OU PEQUENAS ARTÉRIAS APRESENTAÇÃO MALHA PRINCÍPIO ATIVO CELULOSE OXIDADA REGENERADA, TOTALMENTE ABSORVÍVEL EM CURTO PRAZO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 25CM COMPRIMENTO X 25CM LARGURA DESCARTÁVEL E ESTÉRIL.	UND.	200		
17	HEMOSTÁTICO ABSORVÍVEL, USADO COMO ADJUNTO EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PARA AUXILIAR NO CONTROLE DE HEMORRAGIAS PROVENIENTES DE CAPILARES, VEIAS OU PEQUENAS ARTÉRIAS. APRESENTAÇÃO MALHA PRINCÍPIO ATIVO CELULOSE OXIDADA REGENERADA, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 10CM	UND.	200		



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

		COMPRIMENTO X 20CM LARGURA. DESCARTÁVEL E ESTÉRIL.				
18		EQUIPO ESPECIAL PARA ASPIRADOR, INDICADO PARA SIMULTANEAMENTE, FRAGMENTAR, EMULSIFICAR, IRRIGAR E ASPIRAR TECIDOS DAS MAIS DIVERSAS ORIGENS, INCLUSIVE ALCIFICADOS. COMPOSTO: 01 EQUIPO ESPECIAL, P/ ASPIRAÇÃO E IRRIGAÇÃO, MATERIAL TIPO EXTENSOR, DUPLO TUBO, TIPO PONTEIRA PONTA PERFURANTE C/ FILTRO E TAMPA, TIPO PINÇA REGULADORA E CORTA FLUXO, TIPO CONECTOR COM 2 CONECTORES LUER LOCK MACHO E 1 FÊMEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEGMENTO DE BOMBA EM SILICONE, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, COMPATIBILIDADE COMPATÍVEL C/ ASPIRADOR ULTRASSÔNICO A SER	UND	16		
19		CLIQUE HEMOSTÁTICO TIPO RANEY INFANTIL. PACOTE CONTENDO 10 UNIDS. DESCARTÁVEIS, COMPRESSÃO MECÂNICA, ATRAUMÁTICO, COM GARRAS, PLÁSTICO DESCARTÁVEL.	PCT	140		
20		CANETA COM PONTEIRA ACOPLADA DISSECTORA MONOPOLAR, INDICADA P/ ABLAÇÃO, COAGULAÇÃO E CORTE DE TECIDO 45X3MM (COMPRIMENTO X ESPESURA) PRODUTO ESTERIL.	UND	80		
VALOR TOTAL GRUPO III						
GRUPO IV - MATERIAIS PARA NEUROCIRURGIA						
21		BROCA AUTOMÁTICA TREPANAÇÃO TIPO HUDSON 13MM DIÂMETRO DE CAPA, 9MM DIÂMETRO DE PONTA, 3MM COMPRIMENTO DE CORTE, TIPO PARADA AUTOMÁTICA, AÇO CIRÚRGICO, ESTERIL.	UND	60		
22		BROCA AUTOMÁTICA TREPANAÇÃO TIPO HUDSON 14MM DIÂMETRO DE CAPA, 11MM DIÂMETRO DE PONTA, 3MM COMPRIMENTO DE CORTE, TIPO PARADA AUTOMÁTICA, AÇO CIRÚRGICO, ESTERIL.	UND.	120		
23		FRESAS ESFÉRICAS CORTANTES APROXIMADAMENTE COM 70MM (COMPRIMENTO) 4,0MM (DIÂMETRO). EM AÇO CIRÚRGICO, ESTERIL.	UND.	20		
24		FRESAS ESFÉRICAS	UND.	20		



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

		CORTANTES APROXIMADAMENTE COM 70MM (COMPRIMENTO) 5,5MM (DIÂMETRO). EM AÇO CIRURGICO, ESTERIL.				
25		FRESAS ESFERICAS DIAMANTADAS APROXIMADAMENTE COM 70MM (COMPRIMENTO) 3,5MM (DIÂMETRO). EM AÇO CIRURGICO, ESTERIL.	UND.	20		
26		FRESAS ESFERICAS DIAMANTADAS APROXIMADAMENTE COM 70MM (COMPRIMENTO) 4,0MM (DIÂMETRO). EM AÇO CIRURGICO, ESTERIL.	UND.	20		
27		FRESAS DE PERFURAÇÃO APROXIMADAMENTE COM 70MM (COMPRIMENTO) 1,5MM (DIÂMETRO). AÇO CIRURGICO, ESTERIL.	UND.	100		
28		FRESA DE 22,2MM DIAMETRO DO CORTE, 44MM COMPRIMENTO TOTAL, AÇO CIRURGICO, APLICAÇÃO, RECORTE DE CALOTA CRANIANA, ESTERIL	UND.	160		
29		PINÇA BIPOLAR C/ FUNÇÃO DE REALIZAR A COAGULAÇÃO, DISSECÇÃO, CORTE OU FULGURAÇÃO ELETROCIRURGICA, PERMITINDO IRRIGAÇÃO DIRETAMENTE NA PONTEIRA ATIVA DE MANEIRA SIMULTANEA.	UND.	120		
30		CAMPO CIRURGICO, COMPOSTO POR PLASTICO ADESIVO INCISIONAL FORMATO POR PELICULA FINA TRANSPARENTE DE POLIURETANO COBERTA COM ADESIVO DE ACRILATO. TAMANHO APROXIMADO DE 50 CM POR 45 CM (COMPRIMENTO X LARGURA)	UND.	120		
31		COMPRESSAS NEUROCIRURGICAS COTONOIDE, COMPOSTO EM FIBRA DE ALGODÃO OU FIBRA DE RYON DE EXTREMA PUREZA FIXADO POR UM FIO DE ALGODÃO IMPREGNADO POR SULFADO BÁRIO QUE AUXILIA NAS MARCAS RADIO PACAS	UND.	60		
32		KIT INTRODUTOR, CONTENDO CATETER DE FIBRA OPTICA DESTINADO PARA BIOPSIA, BRIDECTOMIA, FIBROMECTOMIA, REMOÇÃO DE HIPERPLASIA, DESCONTAMINAÇÃO INTRACRANEAL, MENINGIOMAS (TUMORES DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL)	UND.	20		
33		BOTÃO FIXADOR CRANIANO, USADO PARA FIXAR OS RETALHOS ÓSSEOS CRANIANOS QUANDO DA CRANIOTOMIA, PROPORCIONANDO UMA FIXAÇÃO ESTÁVEL DO RETALHO ÓSSEO, ELIMINANDO A NECESSIDADE DE SUTURA E AUXILIANDO NA	UND.	40		



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

		RECUPERAÇÃO PÓS-OPERATÓRIA.				
34		CERA PARA OSSO INDICADA PARA CONTROLAR O SANGRAMENTO NAS SUPERFÍCIES OSSEAS DURANTE QUALQUER CIRURGIAS QUE ENVOLVA CORTE ÓSSEO. COMPOSTA POR MISTURA SOLIDA DE CERA DE ABELHA ALVEJADA E PALMITATO DE ISOPROPILA QUE AJE COMO EMOLIENTE. EMBALAGEM ESTERIL POR RADIAÇÃO GAMA	UND.	60		
VALOR TOTAL GRUPO IV						

MATERIAIS QUE DEVERÃO SER ENTREGUES EM REGIME DE COMODATO

PARA O LOTE EM QUESTÃO TEMOS NECESSIDADE DE CONSIGNAÇÃO DE INSTRUMENTAL E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, CONFORME ABAIXO:

ITEM 01 (GRUPO I) - DEVERÁ SER FORNECIDO EM COMODATO PARA PRONTO USO QUANDO NECESSÁRIO: 01 (UMA) PINÇA APLICADORA DE CADA MODELO PARA AUXILIAR O PROCEDIMENTO DE IMPLANTAÇÃO DOS IMPLANTES (CLIPS DE ANEURISMA). É NECESSÁRIO O INSTRUMENTAL (PINÇA APLICADORA OU APLICADOR) APROPRIADO PARA PRESERVAR A INTEGRIDADE DO CLIP, SOBRETUDO SUA PRESSÃO, OU SEJA, SUA FORÇA DE FECHAMENTO. ESTAS PINÇAS OU APLICADORES DEVEM SER COMPATÍVEIS COM O TIPO E TAMANHO DO CLIP A SER IMPLANTADO. PARA MINI CLIPS→APLICADOR TIPO MINI e PARA CLIPS STANDARD→APLICADOR TIPO STANDARD.

ITEM 07 GRUPO I) - DEVERÁ SER FORNECIDO EM COMODATO PARA PRONTO USO QUANDO NECESSÁRIO: 02 (DOIS) MONITORES DE PRESSÃO INTRACRANIANA – INFORMAÇÕES MÍNIMAS: MONITOR MULTI PARÂMETROS NEUROLÓGICOS PORTÁTIL, ESTRUTURADO EM UM ÚNICO EQUIPAMENTO (MONOBLOCO), PORTÁTIL PARA SER UTILIZADO COM OS CATÉTERS PARA MEDIÇÃO DE PRESSÃO E TEMPERATURA. PROPORCIONAM VISUALIZAÇÃO DO VALOR MÉDIO DA PIC, CPP, PRESSÕES SISTÓLICAS E DIASTÓLICAS, TEMPERATURA INTRACRANIANA E VISUALIZAÇÃO DA FORMA DE ONDA DE PIC, ALÉM DE HISTÓRICO DAS ÚLTIMAS 12, 24 E 36 HORAS. CONCEBIDO PARA OPERAR DE MODO INDEPENDENTE, PERMITE INTEGRAÇÃO A SISTEMAS DE MONITORAÇÃO À BEIRA DO LEITO. CARACTERÍSTICAS: ALARME REGULÁVEL SONORO E VISUAL PARA AS PRESSÕES INTRACRANIANA. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO TANTO NO LEITO COMO EM SUPORTES PARA SORO. COMPATÍVEL: CATETER PARA MONITORIZAÇÃO DA PIC PARENQUIMAL, SUBDURAL E VENTRICULAR.

ITEM 06 GRUPO III) – DEVERÁ SER FORNECIDO EM COMODATO PARA PRONTO USO QUANDO NECESSÁRIO: 1 (UM) EQUIPAMENTO ASPIRADOR ULTRASSONICO: APLICAÇÃO EM CORTE ÓSSEO E MICROCURETAGEM, DISSECAR ÓRGÃOS PARENQUIMATOSOS OU TECIDOS DOENTES (TUMORES), PRESERVANDO VASOS, NERVOS. TIPO PAINEL DIGITAL, TIPO CONTROLE POTÊNCIA VIBRAÇÃO, VÁLVULA DE DEDO (SUÇÃO), ACESSÓRIOS BOMBA IRRIGAÇÃO PRÓPRIA, COMPONENTES PONTEIRAS C/OSCILAÇÃO PIEZOELÉTRICA TITÂNIO, OUTROS COMPONENTES FILTRO, BOLSA SUÇÃO E EQUIPO DE INFUSÃO, APOIS O USO O EQUIPAMENTO SERÁ RECOLHIDO PELA EMPRESA RESPONSÁVEL PARA CONDICIONAMENTO.

ITEM 07 (GRUPO III) - DEVERÁ SER FORNECIDO EM COMODATO PARA PRONTO USO QUANDO NECESSÁRIO O INSTRUMENTAL PARA APLICAÇÃO REFERENTE AO ITEM.

ITENS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 (GRUPO IV) – DEVERÁ SER FORNECIDO EM COMODADO 02 (DOIS) EQUIPAMENTOS PNEUMÁTICO OU ELÉTRICO: CRANIÓTOMO COMPATÍVEL COM PRODUTOS OFERTADOS PARA UTILIZÁ-LOS NO ATO CIRÚRGICO.

ITEM 12 GRUPO IV) - DEVERÁ SER FORNECIDO EM COMODATO PARA PRONTO USO QUANDO NECESSÁRIO O EQUIPAMENTO CIRURGICO LASER SUGERY FO 600 MICRAS PARA CIRURGIAS DE TUMOR CEREBRAL.

ITEM 13 GRUPO IV) - DEVERÁ SER FORNECIDO EM COMODATO PARA PRONTO USO QUANDO NECESSÁRIO O INSTRUMENTAL PARA APLICAÇÃO REFERENTE AO ITEM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Local de Entrega:	
Prazo de Validade Proposta:	
Prazo para o Fornecimento:	
Banco :	Agência: C/C:
Boa Vista-RR, / /2023	Ass. e Carimbo do Proponente :